

Oeiras Atual

BOLETIM MUNICIPAL



Novos Programas de Habitação Casas para quem precisa

O primeiro-ministro, António Costa, esteve em Carnaxide para a colocação da primeira pedra do empreendimento de habitação municipal do Alto da Montanha que assinalou o arranque da construção dos Novos Programas de Habitação, financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). [PP6]

#272

JANEIRO
FEVEREIRO
2023

Diretor **ISALTINO MORAIS**
Vereadora da Comunicação **CARLA ROCHA**
Chefe do Gabinete de Comunicação
NUNO MARTINS
Editora **SÓNIA CORREIA**
Fotografias **CARLOS SANTOS,**
CARMO MONTANHA, MAFALDA MATA
DOMINGOS, PAULO NETO
Design **PÁGINAS APETECÍVEIS,**
ATELIER FICTA DESIGN
Propriedade **MUNICÍPIO DE OEIRAS**
Impressão **LIDERGRAF**
Publicação Mensal **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**
Tiragem **92 500 EXEMPLARES**
Depósito Legal **27769/89**
Execução **GABINETE DE COMUNICAÇÃO**

RECOLHA E RECICLE O PAPEL USADO

A VERSÃO IMPRESSA DESTA BOLETIM
DETÉM A LICENÇA DO RÓTULO
ECOLÓGICO DA EU N.º PT/028/001

-  oeiras.pt
-  VISUALIZE-NOS NO **ISSUU**
issuu.com/municipiodeoeiras
-  SIGA-NOS NO **FACEBOOK**
facebook.com/MunicipiodeOeiras
-  SIGA-NOS NO **TWITTER**
twitter.com/MunicipioOeiras
-  ACOMPANHE-NOS NO **YOUTUBE**
youtube.com/municipiodeoeiras
-  SIGA-NOS NO **LINKEDIN**
pt.linkedin.com/in/municipiodeoeiras
-  SIGA-NOS NO **INSTAGRAM**
instagram.com/municipiodeoeiras/



04
ORÇAMENTO DE QUASE 245
MILHÕES PRIVILEGIA FUNÇÕES
SOCIAIS

06
PRIMEIRO-MINISTRO
NO LANÇAMENTO DA
CONSTRUÇÃO DE 64 CASAS
EM CARNAXIDE

16
MUNICÍPIO ASSUME
RECUPERAÇÃO DO CENTRO
DE SAÚDE DE ALGÉS

17
ENTREGUES APOIOS
FINANCEIROS
AOS COMERCIANTES
AFETADOS PELAS CHEIAS

18
NOVA PRAÇA GUILHERME
GOMES FERNANDES

19
MELHOR CIRCULAÇÃO,
MELHOR ESPAÇO PÚBLICO

34
DOIS ANOS DE PLENO
FUNCIONAMENTO DO CENTRO
DE VACINAÇÃO DE OEIRAS

35
OEIRAS E MARINHA UNEM
ESFORÇOS EM NOME DA
INOVAÇÃO E DO PATRIMÓNIO

39
EUNICE MUÑOZ E RUY
DE CARVALHO ETERNIZADOS
EM PAÇO DE ARCOS

O direito de cada família à habitação é o que há muito nos move



Cara(o) Munícipe,

Foi há apenas sete meses que o Município de Oeiras assinou o contrato de financiamento para os primeiros três empreendimentos de habitação pública ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, o PRR.

Bastaram 215 dias para que se iniciassem as obras de construção de um deles, o empreendimento do Alto da Montanha, onde serão construídas 64 casas para renda apoiada. Disse, naquele dia, a 23 de junho de 2022, que aquele era um momento de extrema importância para a vida coletiva, não apenas de quem um dia pudesse vir a beneficiar de alguma das casas a construir neste programa, mas para toda a nossa sociedade.

A habitação pública é de determinante importância no desenvolvimento de uma comunidade, sendo que o papel dos municípios nesta matéria não pode ser relegado

para segundo plano, sob pena de se decretar ao insucesso esta que é a oportunidade de uma geração.

Do objetivo nacional de construção de habitação pública, Oeiras contribuirá com 2 mil casas, entre construção nova realizada pelo Município e em colaboração com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana – são, pelo menos, 10% do total de novas casas a construir.

Desta forma estaremos a permitir que milhares de famílias voltem a acreditar e ter esperança no futuro e que de novo possam ser tratadas com dignidade.

Em Oeiras, o trabalho desenvolvido ao longo das últimas décadas permitiu construir mais de 5 mil casas, distribuídas por 19 bairros municipais. Vivem, hoje, no nosso parque habitacional, mais de 10 mil pessoas.

Oeiras é hoje um concelho com uma população de 170 mil pessoas, aproximadamente. Somos o nono município da Área Metropolitana de Lisboa com maior população. Somos o segundo com menor taxa de criminalidade e o segundo com o maior número de alunos inscritos no ensino superior.

Estes números não são fruto do acaso. São resultado da estratégia de construção e arrendamento social, acompanhada de uma profunda reestruturação urbana que, ao mudar a face do território, através

de uma transformação profunda, permitiu a instalação de um tecido empresarial forte, que trouxe consigo dignidade e coesão social.

Foi a aposta na habitação pública, feita no passado, que permitiu o progresso que hoje vivemos.

O progresso em Oeiras acarretou outras transformações: o preço de venda das casas sofreu nos últimos anos um aumento de quase 10%, superior ao registado nos concelhos vizinhos de Lisboa e Cascais, e mais de 90% nos últimos oito anos. Oeiras é hoje o terceiro município da AML com o valor mais elevado de renda de casa.

Com a mudança da realidade, com a alteração destes indicadores, exige-se uma visão integrada ao nível das políticas e dos agentes que integram o território, o que implica repensar e implementar uma nova política de habitação municipal.

Face às oportunidades criadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência, o Município de Oeiras redefiniu estratégias e adaptou programas. Deste modo, a construção nova será implementada, maioritariamente, em parcelas de terreno que vieram à posse do Município em resultado de cedências no âmbito de loteamento de particulares. Muitas destas parcelas já foram cedidas para efeitos de construção de habitação municipal, para satisfazer as necessida-

des de construção de habitação a custos controlados, à luz do Programa Habitacional Municipal.

Os novos programas de habitação que serão criados ao abrigo do PRR, num total de 12 empreendimentos, estão distribuídos por quatro das cinco freguesias do concelho e abrangem 717 casas, num investimento previsto de 123 milhões de euros, com um apoio estimado pelo PRR de 114 milhões.

Neste novo olhar sobre a habitação pública, a construção de novas casas para famílias será acompanhada, nos mesmos edifícios, com a integração de espaços para equipamentos sociais, como Residências Sénior, Centros de Dia e espaços de comércio e serviços.

Em Oeiras, a aposta em medidas de defesa da dignidade humana, assente no direito que cada família tem a ter uma casa, é um caminho que nos orgulhamos de percorrer há muito.

Assumimos esta defesa do direito à habitação com a dedicação que fez deste território uma referência nas políticas de desenvolvimento. É esta a realidade que nos move e sempre nos moveu.

O PRESIDENTE,
ISALTINO MORAIS

NOTAS DO PRESIDENTE

SOLOS

Há muito que venho dizendo que vivemos uma verdadeira crise dos solos que ditará o fim do direito à habitação, se nada for feito. A lei dos solos, resultado de pressões e leituras erradas e sem fundamento, é o verdadeiro obstáculo à concretização de uma política habitacional pública. Com esta amarra legislativa não é possível construir casas a preços razoáveis para as colocar ao serviço público.

CUSTOS

Nem o estado nem os municípios têm condições de disponibilizar terrenos para a construção das casas de renda apoiada ou renda acessível que o governo se comprometeu a construir. O que foi possível fazer na década de 90, não é mais possível. Não é possível, fruto da cristalização legal dos solos e o consequente custo dos terrenos em espaço urbano, que não permite a aquisição a preços enquadráveis nos valores de casas de custos controlados.

PRIORIDADES

Bastaria que o espaço urbanizável nas áreas de alta densidade fosse libertado exclusivamente para habitação pública, com a consequente e natural redução da reserva agrícola nacional, em territórios que o tempo demonstrou não terem apetência para a atividade agrícola. A proteção dos solos agrícolas em meio urbano, em obediência a princípios de sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas, não pode obstaculizar a satisfação de necessidade das pessoas, como é o direito à habitação. É preciso recentrar as prioridades.



CRESCIMENTO DE 22,6% EM RELAÇÃO A 2022

Orçamento de quase 245 milhões privilegia funções sociais

Funções sociais – Educação, Saúde, Ação Social, Habitação, Ordenamento do Território, Proteção e Meio Ambiente, Cultura e Desporto – com 114 milhões de euros.

A Assembleia Municipal de Oeiras aprovou, no passado dia 20 de dezembro, o orçamento municipal para 2023 no valor de 244.920.000 euros, que corresponde a um crescimento de 22,6% em relação ao orçamento aprovado para 2022 (199.793.050 euros).

Num ano marcado por uma conjuntura económica adversa, traduzida por uma inflação elevada com impacto na economia local, originada essencialmente pela crise energética e pelo conflito na Ucrânia, exigindo a manutenção do reforço nos apoios sociais, o Executivo

liderado por Isaltino Morais apresentou um orçamento municipal atento ao atual contexto e que dá prioridade às funções sociais, para as quais estão destinados 114 milhões de euros. Na Educação, o orçamento é de 17,9 milhões de euros, para a Saúde serão 3 milhões de euros, para a Ação Social estão destinados cerca de 6,6 milhões de euros e na Habitação 26,8 milhões de euros, sendo cerca de 16 milhões de euros destinados aos novos programas de habitação, marcando assim o início da execução financeira do PRR naquela componente. Ainda no âmbito das funções sociais, o Ordenamento do Território tem destinado uma verba de 14,5 milhões de euros, a área dos Resíduos Sólidos 9,3 milhões de euros e a Proteção do Meio Ambiente 14,5 milhões de euros. Para a Cultura, o orçamento municipal é de 11,8 milhões de euros. Na área do Desporto, Recreios e Lazer a verba destinada é de 8,6 milhões de euros e ainda para outras ativida-

des cívicas e religiosas estão destinados 1,1 milhões de euros.

Para as funções económicas somam-se 13,7 milhões de euros, sendo que para a Iluminação Pública estão destinados 3,2 milhões, para os Transportes Rodoviários 6,7 milhões, para o Comércio e Turismo 2,3 milhões de euros e 1 milhão para outras funções nesta área.

A despesa total de capital, orçada em 93,6 milhões de euros, representa a forte aposta do executivo para o concelho, apresentando um acréscimo de 17,1% face a 2022.

De salientar ainda que é estimado um saldo de gerência de 2022 num montante superior a 40 milhões de euros.

Relativamente aos impostos municipais foi já aprovada a manutenção das taxas dos impostos municipais - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama e da participação variável do Imposto Sobre as Pessoas Singulares (IRS), tendo ficado decidida a manutenção da taxa

do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no mínimo legal (0.30%), o que significa que o Município abdica, para o próximo ano, de um total de cerca de 19 milhões de euros de receita deste imposto relativamente à aplicação da taxa máxima, em prol das famílias, indo assim ao encontro da sua preocupação social. Foram ainda mantidas as isenções e reduções de taxa deste imposto no âmbito da reabilitação urbana, da eficiência energética, da aplicação do

IMI familiar e do apoio ao arrendamento para habitação.

A taxa referente à participação variável do IRS mantém-se nos 4,7%, originando uma poupança aos munícipes de cerca de 1,4 milhões de euros, considerando a taxa legal máxima.

A Derrama, com a aplicação da taxa de 1,4%, permite um apoio às empresas com sede no concelho, no montante de cerca de 1,4 milhões de euros. Aprovada ainda a isenção des-

te para empresas com volume de negócios até 150 mil euros.

No que se refere ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), foi aprovada a isenção total deste imposto aos jovens até 35 anos, na aquisição de imóveis destinados a habitação própria e permanente no montante até 180 mil euros, desde que adquiridos com recurso a capitais próprios ou com o recurso a crédito. •

ORÇAMENTO MUNICIPAL

PARA 2023

245 milhões de euros

crescimento de 22,6%



HABITAÇÃO

26,8 milhões de euros

16 MILHÕES DE EUROS DESTINADOS AOS NOVOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO



EDUCAÇÃO

17,9 milhões de euros



AÇÃO SOCIAL

6,6 milhões de euros



ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

14,5 milhões de euros



PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

14,5 milhões de euros



RESÍDUOS SÓLIDOS

9,3 milhões de euros



DESPORTO, RECREIOS E LAZER

8,6 milhões de euros



SAÚDE

3 milhões de euros



CULTURA

11,8 milhões de euros



ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS

1,1 milhões de euros

Primeiro-ministro no lançamento da construção de 64 casas em Carnaxide

“Todos os que aqui estamos sabemos do papel da casa na vida de cada um. A casa é condição para a dignidade de qualquer ser humano. Sem casa não há família. Sem casa não há esperança que sobreviva e o futuro parece sempre menos risonho”.

As declarações foram proferidas pelo presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra do empreendimento de habitação municipal do Alto da Montanha, em Carnaxide. Desta forma assinalou-se o arranque da construção dos Novos Programas de Habitação, financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O primeiro-ministro, António Costa, a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e a ministra da Habitação, Marina Gonçalves, marcaram presença no momento simbólico do arranque da construção destas 64 casas, um investimento de 18 milhões de euros.

Na oportunidade, António Costa sublinhou que “o habitat é condição essencial para que tudo o resto possa acontecer. Para que as famílias possam existir, para que se possam estruturar, para que as crianças possam estudar, para que as pessoas possam ter sucesso, no emprego, ter estabilidade e construir um projeto de vida”.

O governante explicou que a estratégia nacional para a habitação visa responder a realidades bem distintas e onde se incluem o alojamento estudantil (temporário), as situações de famílias que vivem em habitações que não oferecem condições de dignidade, famílias que, tendo ordenados médios, não têm capacidade para aceder ao arrendamento ou à compra aos preços de mercado e, ainda, residências para idosos.

“Só para o Programa 1.º Direito e para o arrendamento acessível estão previstos 2 mil e 700 milhões de euros. Este é o segundo programa mais volumoso no quadro do PRR. E assenta no financiamento de estratégias locais de habitação que os municípios têm vindo a desenvolver”, reforçou António Costa.

“O habitat é condição essencial para que tudo o resto possa acontecer”

António Costa, Primeiro-ministro



O presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, acompanhou António Costa na visita aos painéis que enquadram as políticas de habitação para os próximos anos em Oeiras



Além de António Costa também marcaram presença no momento simbólico de arranque da obra a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e a ministra da Habitação, Marina Gonçalves

Nessa linha, a ministra da Habitação, destacou a importância do momento no âmbito de uma “prioridade política do Governo, para a qual temos trabalhado de forma muito próxima com os Municípios, que são também o garante de que ela se concretiza no território. Falar do direito à habitação é falar da habitação como pilar do estado social, uma prioridade para nós e uma responsabilidade enquanto Estado”.

Reforçando ser “um gosto estar aqui novamente, ver a política pública de habitação a ser desenhada, a ser concretizada, a ser executada”, Marina Gonçalves aludiu à importância do PRR, do financiamento e da oportunidade de “construir mais habitações públicas até 2026: 26 mil habitações ao abrigo do programa 1.º Direito, 6 800 habitações no arrendamento acessível e 2 mil alojamentos ao abrigo da bolsa nacional de alojamento urgente e temporário”.

Nas palavras do presidente da Câmara Municipal de Oeiras, “só com uma política pública centrada na habitação, que olhe de frente para este problema, e que o assuma como prioridade, é possível falar num desenvolvimento do País, e na concretização efetiva da democracia”.

Dirigindo-se diretamente ao Primeiro-Ministro, Isaltino Morais considerou que “ao assumir a necessidade de habitação pública como prioridade política, dando a este tema, e pela primeira vez na história da democracia, as honras de ministério exclusivamente dedicado à Habitação”, António Costa assume “a obrigação de cumprir este imperativo nacional para o qual os Municípios estão despertos já há muito mas, até agora, algo sozinhos”.

Para o autarca, “o papel dos municípios nesta matéria de construção de habitação pública não pode ser relevado para segundo plano, sob pena de decretar ao insucesso esta oportunidade de uma geração. Não podemos esquecer, ou fingir que não nos apercebemos, que Oeiras contribuirá pelo menos com 10% para o total de novas casas a construir”, disse, acrescentando que “com isto estamos a permitir que milhares de famílias voltem a acreditar e a ter esperança no futuro”.

“Quando cada família tiver uma casa, quando for permitido a cada um traçar o seu próprio caminho, então poderemos afirmar com orgulho: Portugal é um país desenvolvido, o sonho da Democracia cumpriu-se”.

Isaltino Morais, presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Considerando a necessidade de “acordar para a necessidade de construir mais habitação pública”, Isaltino Morais sublinhou que a legislação atual, nomeadamente a lei 31/2014, constitui o verdadeiro obstáculo a que se faça história. “A proteção dos solos agrícolas em meio urbano, em obediência a princípios de sustentabilidade e adaptação às alterações climáticas, não pode obstaculizar à satisfação de necessidade das pessoas, como é o direito à habitação. É preciso recentrar as prioridades!

“Foi a aposta na habitação pública, feita no passado, que permitiu o progresso que hoje vivemos”

Isaltino Morais, 24 de janeiro de 2023

Libertar a ação planeadora do território de amarras legislativas sem sentido. Só assim poderemos repetir os feitos alcançados com o PER, e dar dignidade aos que mais precisam”, afirmou.

“A importância do lançamento desta primeira pedra vai ao encontro do compromisso deste executivo, na execução das políticas públicas redistributivas”, afirmou Isaltino Morais, sublinhando que o Município de Oeiras está alinhado com o Governo nesta matéria.

“Defender o direito de cada pessoa ter a sua casa, construir o seu lar e nele fazer o seu castelo, é o mote que nos mantém empenhados nesta missão de, mudando o território, mudar toda a comunidade, garantindo justiça e coesão”, acentuou o presidente da Câmara Municipal de Oeiras. No âmbito dos Novos Programas de Habitação, o concelho de Oeiras terá 717 novas casas, num investimento total superior a 122 milhões de euros.

O plano de habitação municipal alarga-se a outros projetos, como o Programa de Reabilitação de Bairros Municipais, que inclui 550 edifícios, 3131 casas, que corresponde a todo o parque habitacional do concelho, num investimento total de 77 milhões de euros.

No âmbito do Programa de Renda Acessível em Oeiras, serão integradas 636 novas casas, num investimento total de 200 milhões de euros, promovidas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), às quais acrescem casas dedicadas pelo Município de Oeiras.

Ao todo, está assim previsto no Plano Municipal de Habitação de Oeiras 20|30 a construção de 1.353 novas casas e a reabilitação de 3.131, num investimento total de quase 400 milhões de euros. •

ALTO DA MONTANHA, CARNAXIDE

12,8 milhões de euros

FINAL DE OBRA: 2.º TRIMESTRE 2024

64
CASAS



QUINTA DOS ACIPRESTES, LINDA-A-VELHA

2,7 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: MARÇO 2023 — FINAL DE OBRA: 3.º TRIMESTRE 2024

12 CASAS
1 CENTRO
SOCIAL



PARQUE DA JUNÇA, LINDA-A-VELHA

4,3 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: MARÇO 2023 — FINAL DE OBRA: 3.º TRIMESTRE 2024



**16 CASAS
4 LOJAS**

EMPREENDIMENTO IRMÃ JOANA, PORTO SALVO

10,5 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: JANEIRO 2024 — FINAL DE OBRA: 4.º TRIMESTRE 2025



**30 CASAS
1 UNIDADE DE
CUIDADOS
CONTINUADOS
1 CENTRO
DE DIA**

TERRA DO MOINHO, PORTO SALVO

2,8 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: FEVEREIRO 2024 — FINAL DE OBRA: 3.º TRIMESTRE 2025

17
CASAS



QUINTA DAS ACÁCIAS

7,5 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: 2.º TRIMESTRE 2024 — FINAL DE OBRA: 4.º TRIMESTRE 2025

42
CASAS



SÃO MARÇAL

7,8 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: 1.º TRIMESTRE 2024 — FINAL DE OBRA: 3.º TRIMESTRE 2025

40
CASAS



TERCENA

13,8 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: 1.º TRIMESTRE 2024 — FINAL DE OBRA: 4.º TRIMESTRE 2025

79
CASAS



LECEIA

13 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: 2.º TRIMESTRE 2024 — FINAL DE OBRA: 1.º TRIMESTRE 2026



96
CASAS



CASAL DO DESERTO

35,5 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: 1.º TRIMESTRE 2024 — FINAL DE OBRA: 4.º TRIMESTRE 2025



230
CASAS

TALAÍDE

5,5 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: FEVEREIRO 2024 — FINAL DE OBRA: 3.º TRIMESTRE 2025

30
CASAS



SÃO MARÇAL II

6 milhões de euros

INÍCIO DE OBRA: 1.º TRIMESTRE 2024 — FINAL DE OBRA: 4.º TRIMESTRE 2025

48
CASAS



A habitação é uma catástrofe anunciada



“A proposta do Presidente da Câmara de Oeiras é simples: minorar o custo do terreno na construção da habitação pública, permitindo a expropriação de terrenos agrícolas em zonas urbanas consolidadas, onde ninguém faz agricultura (e exclusivamente para habitação pública). Imagine-se agora que, seguindo esta fórmula, o mesmo T2 ficaria pelo valor da construção, a que se somaria o custo da expropriação (imagine-se que 100€/m²): preço final, 104 mil euros (1300€/m²). Números bem distintos dos atuais!”

Há alguns anos, numa reunião da Câmara de Oeiras, um vereador disse uma frase que constituiu, para mim, uma epifania: “a presença humana põe em causa o verde contínuo”. Percebi tudo: há pessoas que entendem que a existência da vida humana é um problema.

Recordo esta afirmação a propósito do que o Presidente da Câmara de Oeiras disse esta semana, no lançamento da primeira pedra de um novo programa de habitação social com 64 casas: Portugal não tem condições para combater o flagelo da falta de casas para as classes mais desfavorecidas e para a classe média baixa. Não pode ter, a Lei não permite.

Portugal tem cerca de 2% de habitação pública (Oeiras, o Concelho com maior percentagem da habitação pública do País, tem 5% de casas públicas). Números absurdos, quando comparados com os 30% dos Países Baixos, 24% da Áustria, 21% da Dinamarca, 17% do Reino Unido, 16,5% da França ou os 8,9% da Irlanda.

Não obstante esta realidade, a Lei dos solos, de 2014, fez desaparecer a classificação de solo urbanizável, passando estes a serem rústicos ou urbanos. Nos urbanos pode-se construir, nos rústicos não se pode construir. Esta Lei decorre da crença, na sequência da crise do “subprime”, que havia casas a mais e que o mercado imobiliário necessitava de ser travado.

Ao terminar com os solos urbanizáveis, a Lei fez disparar o valor dos terrenos urbanos. Imediatamente, quem tinha terrenos urbanos ficou rico (tal a valorização). Paralelamente, sendo o terreno um fator da produção do produto habitação, a sua valorização fez subir o preço final do mesmo, tornando insuportável construir habitação de renda apoiada (classes carenciadas) e renda acessível (classe média).

Após a aprovação daquela Lei, em Concelhos como Lisboa, Oeiras e Cascais, os terrenos onde é possível construir valorizaram de tal maneira que, onde antes se adquiria o metro quadrado para construção por 300 euros, hoje adquire-se por 1000 euros. Se a isto somarmos um preço de construção mínimo (atual) de 1200€/m², não é difícil perceber que, cada metro quadrado construído custará 2200 euros. Um fogo T2 com 80 m² custará, então, um mínimo de 176 mil euros.

A proposta do Presidente da Câmara de Oeiras é simples: minorar o custo do terreno na construção da habitação pública, permitindo a expropriação de terrenos agrícolas em zonas urbanas consolidadas, onde ninguém faz agricultura (e exclusivamente para habitação pública). Imagine-se agora que, seguindo esta fórmula, o mesmo T2 ficaria pelo valor da construção, a que se somaria o custo da expropriação (imagine-se que 100€/m²): preço final, 104 mil euros (1300€/m²). Números bem distintos dos atuais!

Claro está que o politicamente correto que não necessita de casa do Estado, que comenta nas televisões e nos jornais, conhece o problema pela rama, não o conhece a fundo: fala das casas desocupadas (como se estas não tivessem dono), da regeneração urbana (como se estas casas não atingissem valores muito superiores aos das novas habitações), dos “vistos gold”, do impostos sobre o património ou da morosidade dos licenciamentos. Todavia, quem comenta, não conhece efetivamente o mercado imobiliário ou a realidade da vida dos que não conseguem ter casa.

As grandes áreas metropolitanas estão hoje a viver uma nova crise de falta de habitação. Fala-se em mais de 50 mil famílias a necessitar de casa, com o problema a crescer permanentemente. Não é difícil perceber que, a médio prazo, haverá uma nova catástrofe social a bater-nos à porta. Sem terrenos não há casas.

Este agitar de águas não será certamente ouvido. Fazer de avestruz é desporto nacional, mas o problema será real e o “poder dos que não têm poder” far-se-á sentir. Será mais tarde e com outros custos para todo o País, mas, em pouco mais de meia década, a coisa vai ser percebida com outra intensidade.

Importa ficar com esta nota: se, para alguns políticos, as pessoas parecem ser quem menos conta, governa-se para quem?

Francisco Rocha Gonçalves

Vice-presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Casas novas mudam a vida de mais 21 famílias



Vinte e uma famílias de Oeiras receberam, no passado dia 19 de dezembro, as chaves das suas novas casas. Foram atribuídas, pelo Município, neste dia, 18 casas em regime de arrendamento apoiado a famílias residentes no concelho que apresentavam graves carências habitacionais e económicas, proporcionando-lhes deste modo uma vida condigna e um futuro com mais esperança, e outras três no âmbito do programa Habitação Jovem.

No que diz respeito às famílias realojadas no âmbito do Programa Observatório de Habitação, as famílias monoparentais foram as mais representativas (oito), seguidas pelas famílias constituídas por casal e filhos menores (seis). No que concerne às freguesias de origem, destaca-se a freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra (oito), seguida da freguesia de Barcarena (três). Relativamente às tipologias disponíveis para atribuição, e de acordo com as necessidades identificadas, destacam-se os fogos tipologia T2 (oito), seguidos de tipologia T3 (quatro), T0, T1 e T4 com dois cada um. Uma cerimónia dominada pelas emoções e pelo simbolismo, reflexo das políticas municipais que priorizam as pessoas e, neste caso, as suas necessidades de habitação. •

FAMÍLIAS DOS BAIRROS MUNICIPAIS RECEBEM 3500 CABAZES DE NATAL

À semelhança do que vem acontecendo – e num contexto particularmente difícil para as famílias – o Município distribuiu, no passado dia 20 de dezembro, cabazes de Natal por todos os arrendatários municipais, num total de 3500, incluindo bacalhau, azeite, mel, Bolo-rei, entre outros bens alimentares. Cumprindo a tradição, o presidente da Câmara, Isaltino Morais, participou na distribuição de cabazes às famílias, nas instalações da Polícia Municipal e Proteção Civil, em Carnaxide. Além desse, foram criados outros seis locais para entrega de cabazes.



ALGÉS

Reconstrução de muros no Centro Sagrada Família

O Município de Oeiras desenvolveu, desde os primeiros instantes, todas as diligências para ultrapassar as situações geradas em consequência das cheias decorridas em dezembro de 2022. O presidente da Câmara, Isaltino Morais, tem acompanhado de perto os trabalhos em fase de resolução e no início do mês de fevereiro esteve no Centro Sagrada Família, em Algés, para verificar o progresso dos trabalhos de reconstrução dos muros na Rua General Ferreira Martins. •

DAFUNDO

Estabilização do muro da Rua Sacadura Cabral

CIRCULAÇÃO EM SEGURANÇA

Está em curso a intervenção que diz respeito à concretização da obra que visa a estabilização e contenção do muro na Rua Sacadura Cabral, depois de este ter sofrido uma derrocada parcial na sequência das intempéries de dezembro passado. Esta obra pretende a reposição de todas as condições de circulação de pessoas e veículos em segurança. A obra irá decorrer até junho de 2023 e representa um investimento de 1.651.300 €. •

OEIRAS VOLTA A SUBSTITUIR-SE À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Município assume recuperação do Centro de Saúde de Algés

PARA GARANTIR SERVIÇO AOS UTENTES

Dada a urgência em reabrir o Centro de Saúde de Algés, que ficou encerrado devido aos prejuízos causados pelas intempéries de dezembro de 2022, a Câmara Municipal de Oeiras volta a arcar com uma responsabilidade que deveria ser da Administração Central e vai assumir a recuperação deste equipamento, de modo a garantir a sua operacionalidade, possibilitando que os utentes voltem a ter os necessários cuidados de saúde em regime de proximidade. A obra representa um investimento municipal de 500 mil euros, esta foi a solução encontrada pelo Município de Oeiras para que o mais rapidamente possível se inicie uma intervenção que faça face aos estragos provocados naquele equipamento, de tal forma significativos que o mantém encerrado, levando a que os cuidados de saúde aos seus utentes tenham vindo a ser prestados no Centro de Saúde do Restelo, para onde são encaminhados com o apoio do Município.

Recorde-se que o Centro de Saúde de Algés foi construído em 2017 pelo Município, e que, pese embora a qualidade da sua construção, não resistiu à força da intempérie. Esta intervenção deveria ser da responsabilidade da Administração Central, contudo e à semelhança da própria construção dos Centros de Saúde, será o Município de Oeiras a assumir a recuperação do equipamento. •

Entregues apoios financeiros aos comerciantes afetados pelas cheias

O presidente da Câmara Municipal de Oeiras entregou, no passado dia 13 de fevereiro, os subsídios aos primeiros oito comerciantes de um total de 21 que apresentaram candidatura ao apoio extraordinário criado pelo Município para a recuperação da atividade dos operadores económicos afetados pelas intempéries de dezembro de 2022. Estes apoios financeiros, no montante total de 64.856,88€, são disponibilizados mediante a assinatura de termo de aceitação.

Aquando das intempéries ocorridas nas madrugadas dos dias 8 e 13 de dezembro, que deixaram o concelho de Oeiras fustigado pelas inúmeras inundações provocadas pela forte precipitação e agitação marítima sentida na região da Área Metropolitana de Lisboa, surgiram inúmeros pedidos de apoio, em especial por parte dos comerciantes locais, que se viram impedidos de assegurar a reabertura dos seus estabelecimentos ao público por incapacidade de fazer face aos prejuízos verificados. Tal verificou-se sobretudo na Baixa de Algés, que foi uma das zonas mais afetadas, onde a subida dos níveis de água invadiu habitações e espaços comerciais, impedindo mesmo a circulação automobilística e pedonal.

O Município de Oeiras atuou de imediato, constituindo um grupo de trabalho com a missão de proceder ao reconhecimento da extensão dos danos verificados. Esta situação de carácter de excepcionalidade exigiu ao Município a criação de uma metodologia de trabalho que permitiu levar a cabo, de forma isenta e equitativa, a minimização dos prejuízos, com o recurso a meios de instrumentos legais disponíveis, junto dos operadores económicos. Para garantir uma resposta célere a esta situação, o Município de Oeiras decidiu criar um fundo de apoio financeiro de 1.5 milhões de euros, com o objetivo de garantir a sua comparticipação na reposição da normalidade da atividade económica e empresarial. Neste sentido, foi criado o Regulamento de Apoio às Intempéries de Dezembro, documento que regulariza a atribuição do apoio financeiro aos empresários locais afetados pelas cheias de dezembro, que foi aprovado em Assembleia Municipal, em 10 de janeiro de 2023.

O valor individual do apoio é calculado com base nos prejuízos sofridos pelos operadores económicos, que tiveram de apresentar um requerimento para o efeito. Os apoios que vão agora ser disponibilizados são concedidos de acordo com as seguintes percentagens: entre 20% a 50%. Refira-se que as candidaturas se mantêm abertas. A concessão do apoio previsto depende da apresentação de requerimento, mediante o preenchimento do formulário próprio que está disponível no portal institucional do Município. •



Município apoia coletividades desportivas afetadas pelas inundações

350 MIL EUROS
INVESTIMENTO

3000 ATLETAS ABRANGIDOS

A Câmara Municipal de Oeiras aprovou, em Reunião de Executivo, a atribuição de um apoio financeiro extraordinário à recuperação da atividade das coletividades desportivas do concelho (Entidades do Setor Não Lucrativo) mais afetadas pelas intempéries de dezembro de 2022, nomeadamente à Associação Desportiva de Oeiras (ADO) e ao Sport Algés e Dafundo (SAD). Estas comparticipações financeiras, para obras e aquisição/manutenção de equipamentos, totalizam um montante global

de 350 mil euros, cabendo à ADO o montante de 100 mil euros, correspondente a 77% do custo estimado, e ao SAD o montante de 250 mil euros, correspondente a 85% do custo estimado.

É deste modo que o Município contribui para a reposição da normalidade da atividade destas entidades, junto dos cerca de 3000 atletas e técnicos que representam, o que só acontecerá após as intervenções de reparação/substituição ou restituição de equipamentos danificados, em montante incomportável para as coletividades em causa. •

PAÇO DE ARCOS

Novas soluções de estacionamento



56 LUGARES AGORA
+ 150 EM 2023

No âmbito de uma política de incremento do número de lugares de estacionamento disponíveis, que prevê a criação de 14 novos parques no concelho, foi inaugurado no passado dia 5 de janeiro, no antigo terminal de Paço de Arcos, o novo Parque dos Navegantes. Numa primeira fase ficam ali disponíveis 56 lugares e estão incluídos cinco lugares adaptados ao carregamento de veículos elétricos. Tratou-se de um investimento de cerca de 500 mil euros. Numa segunda fase, cuja inauguração se prevê ainda para este ano, serão criados mais 150 lugares de estacionamento.

Este investimento é parte integrante de uma estratégia mais ampla, prosseguida pela Parques Tejo e pelo Município de Oeiras, no sentido de serem criadas soluções de estacionamento confortáveis e seguras que incentivem à utilização de outros meios de transporte, que não o automóvel. Neste sentido, é benéfica a proximidade do novo parque tanto em relação à Estação da CP de Paço de Arcos como à Ciclovia Empresarial, que será potenciada com a implementação da rede municipal de Bikesharing, ainda na primeira metade de 2023. •

PAÇO DE ARCOS

Nova Praça Guilherme Gomes Fernandes

CONFORTO URBANO

Foi inaugurada no passado dia 27 de janeiro, em Paço de Arcos, a Praça Guilherme Gomes Fernandes, conseguindo-se assim a criação de um espaço de integração e enquadramento paisagístico face ao mar, valorizando deste modo todo o espaço. Numa perspetiva cénica e ambiental procurou-se proporcionar um espaço de elevada qualidade, enquadrado na malha urbana, minimizando diversos impactos visuais, mas tendo como elemento central a pérgula, elemento quase escultórico e emblemático nesta intervenção. Foram ainda requalificadas as esplanadas dos restaurantes locais, harmonizando e dignificando a imagem das esplanadas, dando também mais conforto aos clientes.

A obra representou um investimento municipal de 515 mil euros. •





PLANTAÇÃO DA ARAUCÁRIAS

O presidente da Câmara Municipal participou, em janeiro, numa ação de plantação de araucárias no Parque das Perdizes.

TALAÍDE

Melhor circulação, melhor espaço público

Com a conclusão da primeira fase desta intervenção, pretendeu-se a requalificação da entrada do concelho de Oeiras com a criação da nova Praça de Talaíde, tendo por objetivo a conceção de uma zona urbana, com melhoria significativa nas condições de circulação viária e pedonal e do espaço público em geral, com conforto, comodidade e segurança. Numa segunda fase irá ser concretizada uma outra intervenção: onde antes existiam construções precárias e ilegais que foram, entretanto, demolidas, torna-se essencial repensar os novos espaços. O projeto que permitirá estabelecer a ligação pedonal entre a Praça de Talaíde e o Parque Urbano de Talaíde, através de percursos pedonais confortáveis, ribeirinhos, proporcionando uma nova vivência do espaço público, encontra-se concluído.

Trata-se de um investimento superior a 1 milhão de euros, 675.940 € correspondentes à obra já concluída (primeira fase) e 340 mil euros à segunda fase (valor estimado).•



Sabe onde é?

Os primeiros dez leitores do Oeiras Atual a identificar o local da fotografia recebem uma garrafa de vinho de Carcavelos Villa Oeiras.

Envie a sua resposta para o endereço de correio eletrónico gc@oeiras.pt





BAIRRO DO CASAL DA CHOCA, PORTO SALVO

Avança construção da Alameda da Zona C

Está em curso, no Bairro do Casal da Choca, em Porto Salvo, a empreitada de construção da Alameda da Zona C. A obra, com conclusão prevista para o segundo trimestre deste ano, prevê a criação de uma via de ligação entre a Cooperativa de Habitação CHEPA e a Rua Augusta, composta por duas faixas de rodagem, passeios, estacionamento longitudinal, duas rotundas, uma ciclovia bidirecional e espaços verdes de enquadramento e

a plantação de árvores em caldeira junto ao estacionamento. Inclui também todas as instalações de infraestruturas subterrâneas. De assinalar que se trata de uma via estruturante para o bairro que facilitará o acesso a zonas mais interiores do núcleo urbano. Trata-se de um investimento de 773.800 €. •

CARNAXIDE

APROVADA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

Foi publicada em Diário da República, no passado dia 16 de janeiro, a criação da Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide, que abre 'portas' à requalificação do núcleo de formação histórica de Carnaxide e envolvente. A delimitação aprovada enquadra-se na estratégia de regeneração urbana que o Município de Oeiras tem vindo a implementar no concelho, indo ao encontro dos objetivos do Plano Estratégico Habitar Oeiras, tendo por base os instrumentos urbanísticos que se encontram em vigor, bem como a nova proposta de Plano Diretor Municipal, tutelada pelos Planos Estratégicos do Município e pelo Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras (PSPCACO).

Salienta-se que o regime jurídico da Reabilitação Urbana (D.L. N. 307/2009), estrutura as intervenções de reabilitação com base em dois conceitos fundamentais, designadamente, a Área de Reabilitação Urbana e a Operação de Reabilitação Urbana. Em termos práticos, durante três anos, continuarão a estar disponíveis os benefícios fiscais e incentivos financeiros para a Reabilitação Urbana decorrentes da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Carnaxide, sendo que depois de concluídas as obras é emitida a certificação que reconhece a isenção e atribui os benefícios fiscais associados, como IVA a 6%, isenção de IMT ou isenções temporárias de IMI. Para informações detalhadas sobre estes benefícios deverá solicitar esclarecimentos via e-mail para: esclarecimentos.urbanismo@oeiras.pt.

SUPLEMENTO

DELIBERAÇÕES E REGULAMENTOS

ESTE SUPLEMENTO FAZ PARTE INTEGRANTE DA EDIÇÃO N.º 272
DO BOLETIM MUNICIPAL OEIRAS ATUAL

NOVEMBRO · DEZEMBRO 2022

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2022 ATA NÚMERO VINTE E QUATRO/ DOIS MIL E VINTE E DOIS

- Proposta n.º 978/22 - DOT - Revogação do Plano de Pormenor do Espargal: Deliberado aprovar o início do procedimento de participação pública de vinte dias úteis para formulação de observações e sugestões por escrito de todos os interessados sobre a presente Revogação do Plano de Pormenor do Espargal.

- Proposta n.º 979/22 - DOT - Delimitação da Unidade de Execução do Espargal e aprovação do respetivo Modelo Urbano - Aprovação da minuta do contrato de urbanização e abertura do período de participação pública: Deliberado aprovar a Delimitação da Unidade de Execução do Espargal e respetivo Modelo Urbano, explicitado no conteúdo material desenhado e escrito, da Unidade de Execução.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2022 ATA NÚMERO VINTE E CINCO/ DOIS MIL E VINTE E DOIS

- Voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Adriano José Alves Moreira: Deliberado exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Adriano José Alves Moreira e dar conhecimento à família.

- Voto de louvor a Gustavo Ribeiro, campeão do mundo de Skate: Deliberado exarar em ata um voto de louvor a Gustavo Ribeiro, primeiro campeão do mun-

do de Skate, que iniciou a sua prática desportiva em Carnaxide e um dos maiores dinamizadores do culto do Skate, no Concelho de Oeiras e em Portugal nos últimos anos, o qual deverá ser transmitido ao referido atleta.

- Proposta n.º 982/22 - DGP - Processo disciplinar n.º 2/2022: Deliberado aplicar ao trabalhador visado no processo disciplinar número dois, de dois mil e vinte e dois, como sanção adequada ao caso concreto, a sanção disciplinar de multa no valor de duzentos e oitenta e dois euros, valor correspondente a doze dias de remuneração base diária.

- Proposta n.º 983/22 - DGP - Processo disciplinar n.º 8/2022: Deliberado aplicar ao trabalhador visado no processo disciplinar número oito, de dois mil e vinte e dois, como sanção adequada ao caso concreto, a sanção de despedimento disciplinar.

- Proposta n.º 984/22 - DBPL - Adesão à "European Bureau of Library, Information and Documentation Associations" (EBLIDA): Deliberado aprovar a submissão à Assembleia Municipal do Município de Oeiras do pedido de adesão à "EBLIDA- European Bureau of Library, Information and Documentation Associations", com aceitação dos respetivos Estatutos, que se constituem parte integrante da proposta de deliberação.

- Proposta n.º 985/22 - DPU - Proc.º 95/2000 - Alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2006 - Talaíde Parque, solicitada por PINPROPCO, Lda.: Deliberado aprovar a alteração da licença da operação de loteamento titulada pelo alvará número cinco, de dois mil e seis, que titula a operação de loteamento "Talaíde Parque", localizado em Talaíde, requerido por PINPROPCO, Limitada, na qualidade de proprietária do lote quarenta e sete.

- Proposta n.º 986/22 - DPE - Empreitada "21/DPE/2020 - Reabilitação e restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos" - Aprovação da 6.ª revisão de preços: Deliberado aprovar a sexta revisão de preços, no montante de seis mil setecentos e setenta e oito euros e noventa e dois cêntimos, sobre as faturas já emitidas pelo consórcio "Signinum - Gestão de Património Cultural, Limitada & DGPW, Sociedade Anónima", no âmbito da empreitada "Reabilitação e Restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos".

- Proposta n.º 987/22 - DPE - Empreitada "21/DPE/2020 - Reabilitação e restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos" - Aprovação da 7.ª revisão de preços: Deliberado aprovar a sétima revisão de preços, no montante de oito mil duzentos e quarenta euros e catorze cêntimos, sobre as faturas já emitidas pelo consórcio "Signinum - Gestão de Património Cultural, Limitada & DGPW, Sociedade Anónima", no âmbito da empreitada "Reabilitação e Restauro da Casa da Quinta dos Sete Castelos".

- Proposta n.º 988/22 - DOT - Ratificação da minuta do contrato de execução para a concretização do Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos: Deliberado ratificar a minuta do Contrato de Execução para a concretização do Plano de Pormenor Empresarial de Paço de Arcos - Sub-Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Dois.

- Proposta n.º 989/22 - DAEGA - Renovação de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, ano letivo 2022/23: Deliberado aprovar a renovação da bolsa de estudo aos seis estudantes do ensino superior oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que integram o programa de atribuição de bolsas.

- Proposta n.º 990/22 - DGSH - Revogação da proposta de deliberação n.º 459/2022 aprovada a 08 de junho, relativa à atribuição do fogo sito no Largo Idálio de Oliveira, n.º 3, 1.º A, no Bairro Alto dos Barronhos, em Carnaxide, por necessidade de reajustamento tipológico: Deliberado aprovar a revogação da proposta de deliberação número quatrocentos e cinquenta e nove, de dois mil e vinte e dois, de oito de junho, relativa à atribuição do fogo sito no Largo Idálio de Oliveira, número três, primeiro A, no Bairro Alto dos Barronhos, em Carnaxide, por necessidade de reajustamento tipológico.

- Proposta n.º 991/22 - DGSH - Atribuição de fogo sito na Rua Dr. Nuno Simões, n.º 1, 2.º Dto., no Bairro Páteo dos Cavaleiros: Deliberado aprovar a atribuição da fração T Três, situada no Bairro Páteo dos Cavaleiros, Rua Doutor Nuno Simões, número um, segundo direito, mediante a fixação da renda mensal em cento e treze euros e oitenta e oito cêntimos, a partir de novembro de dois mil e vinte e dois.

- Proposta n.º 992/22 - DGSH - Atribuição de fogo sito na Rua António Gomes Leal, n.º 2 A, no Bairro de S. Marçal, em Carnaxide: Deliberado aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Rua António Gomes Leal, número dois A, no empreendimento municipal de São Marçal, em Carnaxide, com revogação do anterior contrato, a manutenção do valor de renda mensal atualmente fixado em doze euros e oitenta e nove cêntimos.

- Proposta n.º 993/22 - DGSH - Atribuição de fogo sito na Rua Tiago de Almeida, n.º 16, 3.º B, no Bairro Alto dos Barronhos: Deliberado aprovar a atribuição da fração T Dois, situada na Rua Tiago de Almeida, número dezasseis, terceiro

B, no Bairro Alto dos Barrinhos, mediante a fixação da renda no valor mensal de duzentos e quarenta e um euros e trinta e sete cêntimos.

- Proposta n.º 994/22 - DGP - Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de chefe de Divisão da Gestão da Segurança e Infraestruturas (DGS): Deliberado aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de dirigente da Divisão de Gestão da Segurança e Infraestruturas, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/quinze mil seiscientos e quarenta e seis, bem como, submeter a aprovação pela Assembleia Municipal a designação dos membros do júri.

- Proposta n.º 995/22 - DCS - Atribuição de comparticipação financeira à Fundação Marquês de Pombal, para apoio ao funcionamento da Ludoteca: Deliberado aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no montante de setenta mil setenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos à Fundação Marquês de Pombal, para suportar os custos de gestão e manutenção da Ludoteca de Outurela, tal como previsto na cláusula sexta do Protocolo de vinte e seis de julho de mil novecentos e noventa e seis.

- Proposta n.º 996/22 - DCS - Atribuição de comparticipação financeira à KMT - Associação Moreira Team, para apoio à deslocação de 4 jovens, à Turquia, em ação de intercâmbio de projetos de inclusão: Deliberado aprovar a atribuição de comparticipação financeira à associação KMT - Associação Moreira Team, para a participação de quatro jovens, munícipes do Concelho de Oeiras, no evento que se realiza na Turquia, no valor de três mil seiscientos e oitenta euros.

- Proposta n.º 997/22 - DCS - Atribuição de apoio extraordinário às entidades para a aquisição de cadeiras de rodas usadas diariamente no Centro de Vacinação: Deliberado aprovar a atribuição de apoio extraordinário a várias entidades para a aquisição de cadeiras de rodas usadas diariamente no Centro de Vacinação, no montante global de três mil e quatrocentos euros.

- Proposta n.º 998/22 - DCS - Atribuição de comparticipação financeira para reforço de verbas ao Centro Social e Paroquial de S. Julião da Barra, no âmbito do Fundo de Emergência Social: Deliberado aprovar a atribuição de comparticipação financeira, no montante global de quinze mil euros ao Centro Social e Paroquial São Julião da Barra, para reforço de verbas a entidade parceira, no âmbito do Fundo de Emergência Social.

- Proposta n.º 999/22 - DCS - Atribuição de comparticipação financeira à Agência de Empreendedores Sociais – SEACOO, para apoio ao funcionamento da sua atividade em 2022: Deliberado aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de dezanove mil oitocentos e noventa euros, à “SEACOO - Social

Entrepreneurs Agency, CRL” para apoio ao funcionamento da sua atividade em dois mil e vinte e dois.

- Proposta n.º 1000/22 - UIPE - Atribuição de subsídio aos Agrupamentos de Escolas de Mirafleres, Santa Catarina, Paço de Arcos e Aquilino Ribeiro para aquisição de material didático e licenças de acesso a uma plataforma de recursos educativos digitais (despesa corrente), no âmbito do Projeto Mochila Leve (PML) - 2022/2023: Deliberado aprovar a atribuição de um subsídio aos Agrupamentos de Escolas de Mirafleres, Santa Catarina, Paço de Arcos e Aquilino Ribeiro, para aquisição de material didático e licenças de acesso a uma plataforma de recursos educativos digitais (despesa corrente), no valor total de dois mil seiscientos e setenta e três euros, a dividir pelos quatro Agrupamentos de Escolas.

- Proposta n.º 1001/22 - DDPE - Atribuição do Prémio Escolar Municipal Professor Noronha Feio, referente ao ano letivo 2021/2022: Deliberado aprovar a atribuição do Prémio Escolar Municipal Professor Noronha Feio, referente ao ano letivo dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois, a aluno do Agrupamento de Escolas de Linda-a-Velha e Queijas, no valor total de quinhentos euros.

- Proposta n.º 1002/22 - UIPE - Atribuição de subsídio aos Agrupamentos de Escolas de Mirafleres, Santa Catarina, Paço de Arcos e Aquilino Ribeiro para aquisição de material e equipamento didático (despesa de capital), no âmbito do Projeto Mochila Leve - Ano letivo 2022/2023: Deliberado aprovar a atribuição de um subsídio aos Agrupamento de Escolas de Mirafleres, Santa Catarina, Paço de Arcos e Aquilino Ribeiro, para aquisição de material e equipamento didático (despesa de capital), no valor de quatrocentos euros, a distribuir pelos quatro Agrupamentos de Escolas.

- Proposta n.º 1003/22 - UPAG - “Açores e Madeira no Mercado” - Isenção do pagamento de taxas à “Tabelas do Costume, Lda.”: Deliberado aprovar que a entidade “Tabelas do Costume, Limitada”, seja isentada do pagamento das taxas referentes à ocupação do Mercado de Oeiras para realização do evento “Açores e Madeira no Mercado”.

- Proposta n.º 1004/22 - DCS - Revogação parcial da proposta de deliberação n.º 610/2022 - Revogação de comparticipação financeira ao Centro Comunitário de Nossa Senhora das Dores - Descabimentação de compromisso orçamental: Deliberado aprovar a revogação parcial da proposta de deliberação número seiscientos e dez, de dois mil e vinte e dois, na parte referente à atribuição de uma comparticipação ao Centro Comunitário de Nossa Senhora das Dores, no valor de doze mil euros, com base na informação técnica número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/dezanove mil novecentos e oitenta e seis euros.

- Proposta n.º 1005/22 - DP - Medida de apoio financeiro - Não aplicação do coeficiente de atualização anual de renda durante o ano civil de 2023, aos valores mensais

pagos em todos os contratos para fins não habitacionais municipais geridos pela Divisão de Património: Deliberado aprovar a medida de apoio financeiro, mediante a não aplicação do coeficiente de atualização anual de renda durante o ano civil de dois mil e vinte e três (um vírgula zero dois) aos valores mensais pagos em todos os contratos para fins não habitacionais municipais sob gestão da Divisão de Património (noventa e três no total) e que perfazem, nesse período, o valor total de quarenta e sete mil cinquenta e quatro euros e trinta e três cêntimos.

- Proposta n.º 1006/22 - UPGO - Pº 2019/94-DEM - Ratificação do ato de aprovação de revisão extraordinária de preços no âmbito do decreto-lei n.º 36/2022, de 20 de maio - “Construção do Fórum Municipal, em Oeiras”: Deliberado ratificar o despacho do Senhor Presidente datado de trinta e um de outubro de dois mil e vinte e dois, aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e um mil novecentos e quarenta e cinco, através do qual foi decidido: - Não aceitar o pedido de revisão extraordinária de preços, nos termos formulados pelo Agrupamento Complementar de Empresas designado “Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E.”, no seu pedido final de treze de outubro de dois mil e vinte e dois, através da sua comunicação com a referência CFMO/dois mil trezentos e vinte e nove/NF e aprovar a revisão extraordinária de preços, ou seja, aprovar que a revisão de preços seja realizada de acordo com a fórmula F Zero Dois contratualmente estabelecida, sendo os coeficientes de atualização mensais Ct, resultantes dos respetivos cálculos multiplicados por um fator de compensação de um vírgula um.

- Proposta n.º 1007/22 - DPOC - Ratificação da 30.ª alteração orçamental permutativa: Deliberado ratificar o despacho de vinte de outubro de dois mil e vinte e dois, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e um mil trezentos e cinquenta, referente à trigésima alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e dois, no valor de cento e cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e três euros e sessenta cêntimos, na despesa.

- Proposta n.º 1008/22 - DPOC - 3.ª alteração orçamental modificativa - Subscrição de certificado especial de dívida pública de curto prazo: Deliberado aprovar a terceira alteração orçamental modificativa de dois mil e vinte e dois (terceira revisão) e submissão à aprovação da mesma pela Assembleia Municipal.

- Proposta n.º 1009/22 - UAAA - Atribuição de topónimo da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - Rotunda Otelos Saraiva de Carvalho - Capitão de Abril - 1936-2021: Deliberado aprovar a atribuição da seguinte designação toponímica: - “Rotunda Otelos Saraiva de Carvalho - Capitão de abril - mil novecentos e trinta e seis-dois mil e vinte e um” - Espaço compreendido entre a Avenida Doutor Francisco de Sá Carneiro, Avenida Pedro Álvares Cabral e Rua do Chafariz.

- Proposta n.º 1010/22 - UAAA - Atribuição de topónimos na Freguesia de Barca-

rena - Rua Vítor Alves, Avenida Professor Cavaco Silva e Estrada de São Marcos: Deliberado aprovar que sejam atribuídas as seguintes denominações a arruamentos integrados na Freguesia de Barcarena: - Ao arruamento com início na Avenida Professor Doutor Cavaco Silva e fim na Estrada de São Marcos, seja atribuída a seguinte designação: - Rua Vítor Alves - Autarca (mil novecentos e cinquenta e dois-dois mil e dezoito); - Ao arruamento com início na Estrada de Leião e fim no limite dos Concelhos de Oeiras/Sintra seja atribuída a seguinte designação: - Avenida Professor Cavaco Silva; - Ao arruamento com início na Estrada de Leião e fim no limite dos Concelhos de Oeiras/Sintra, seja atribuída a seguinte designação: - Estrada de São Marcos.

- Proposta n.º 1011/22 - UAAA - Atribuição de topónimos na Freguesia de Porto Salvo, inseridos no alvará de loteamento n.º 5/2006, em Talaíde Park: Deliberado aprovar que para os onze arruamentos sem designações toponímicas integrados no alvará loteamento número cinco, de dois mil e seis, sito em Talaíde, Freguesia de Porto Salvo, sejam atribuídas as seguintes denominações: - Que ao arruamento com início na Avenida Lopo Soares de Albergaria e fim na Estrada de Talaíde, anteriormente designado por Via A, seja atribuída a seguinte designação: - Avenida General Ramalho Eanes - Presidente da República (mil novecentos e setenta e seis - oitenta e seis) vinte e cinco de janeiro de mil novecentos e trinta e cinco; - Que ao arruamento com início na Avenida General Ramalho Eanes e fim na Avenida General Ramalho Eanes, anteriormente designado por Rua B, seja atribuída a seguinte designação: - Avenida Professor Adriano Moreira - Advogado e Político (mil novecentos e vinte e dois - dois mil e vinte e dois); - Que ao arruamento com início na Avenida Professor Adriano Moreira e fim sem saída, anteriormente designado por Rua J, seja atribuída a seguinte designação: - Rua Almirante Pinheiro de Azevedo - Primeiro Ministro (mil novecentos e dezassete - mil novecentos e oitenta e três); - Que ao arruamento com início na Avenida Professor Adriano Moreira e fim na Avenida Professor Adriano Moreira, anteriormente designado por Rua C, seja atribuída a seguinte designação: - Alameda Carlos Sabido - Empresário (mil novecentos e trinta e oito - dois mil e nove); - Que ao arruamento com início na Alameda Carlos Sabido e fim sem saída, anteriormente designado por Rua D, seja atribuída a seguinte designação: - Avenida dos Deficientes das Forças Armadas; - Que ao arruamento com início na Alameda Carlos Sabido e fim sem saída, anteriormente designado por Rua F, seja atribuída a seguinte designação: - Praceta Camané - Fadista (vinte de dezembro de mil novecentos e sessenta e seis); - Que ao arruamento com início na Alameda Carlos Sabido e fim sem saída, anteriormente designado por Rua H, seja atribuída a seguinte designação: - Praceta Júlio Pomar - Artista Plástico (mil novecentos e vinte e seis - dois mil e dezoito); - Que ao arruamento com início na Alameda Carlos Sabido e fim na Avenida Professor Adriano Moreira, anteriormente designado por Rua E, seja

atribuída a seguinte designação: - Rua General Loureiro dos Santos - Militar e Professor Universitário (mil novecentos e trinta e seis - dois mil e dezoito); - Que ao arruamento com início na Alameda Carlos Sabido e fim na Avenida Professor Adriano Moreira, anteriormente designado por Rua G, seja atribuída a seguinte designação: - Rua Tenente-Coronel Vasco Lourenço - Capitão de Abril (dezanove de junho de mil novecentos e quarenta e dois); - Que ao arruamento com início na Alameda Carlos Sabido e fim na Avenida Professor Adriano Moreira, anteriormente designado por Rua I, seja atribuída a seguinte designação: - Avenida General Tomé Pinto - Militar (catorze de janeiro de mil novecentos e trinta e seis);

- Que ao arruamento com início na Avenida dos Deficientes das Forças Armadas e fim na Avenida Professor Adriano Moreira, anteriormente designado por Rua K, seja atribuída a seguinte designação: - Alameda Jorge Coelho - Político (mil novecentos e cinquenta e quatro - dois mil e vinte e um).

- Proposta n.º 1012/22 - EPEOCT 2020-2025 - Ratificação do ato praticado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara relativo ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Oeiras, o CEMTEX e a Associação Portuguesa para o Cluster das Indústrias AED: Deliberado ratificar o ato praticado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara em vinte de outubro de dois mil e vinte e dois, a coberto da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/quinze mil setecentos e sessenta e sete, de dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois, de aprovação do texto da minuta de Protocolo de Cooperação, assim como, os termos do Protocolo de Cooperação assinado em vinte de outubro de dois mil e vinte e dois entre o Município de Oeiras, o Centro de Experimentação para a Modernização Tecnológica do Exército (CEMTEX) e a Associação Portuguesa para Cluster das Indústrias da Aeronáutica, do Espaço e da Defesa.

- Proposta n.º 1013/22 - UPGO - P.º 2019/94-DEM - Pedido de adiamento de preço ao “Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras A.C.E.”, relativo à “Construção do Fórum Municipal, em Oeiras”: Deliberado aprovar o deferimento do pedido de adiamento solicitado pelo empreiteiro “Acciona Tecnovia - Fórum Oeiras, A.C.E.”, no valor total de nove milhões setecentos e vinte e três mil duzentos e vinte e cinco euros e seis centimos, distribuído por três milhões em dois mil e vinte e dois e seis milhões setecentos e vinte e três mil duzentos e vinte e cinco euros e seis centimos, no início de dois mil e vinte e três, sendo que o pagamento de qualquer das tranches do adiamento terá que ser precedido pela apresentação por parte do empreiteiro de caução no mesmo valor (acrescido de IVA).

- Proposta n.º 1014/22 - UPGO - P.º 2019/94-DEM - 2.º pedido de prorrogação do prazo de execução da empreitada “construção do Fórum Municipal, em Oeiras”, no âmbito do decreto-lei n.º 36/2022, de 20 de maio: Deliberado aprovar o pedido de prorrogação do prazo da empreitada “Construção do Fórum

Municipal, em Oeiras”, por duzentos e dezassete dias (ou seja, até vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro) e consequente aprovação, para os trabalhos que faltam executar, do Plano de Trabalhos PTA Seis, dos Cronogramas de Mão de Obra e Equipamentos e o respetivo Cronograma Financeiro.

- Proposta n.º 1015/22 - UPGO - P.º 2021/44-DGEP - Aprovação de trabalhos complementares (segunda modificação objetiva do contrato relativa à “Execução da Praça de Talaíde, em Porto Salvo”): Deliberado aprovar a segunda modificação objetiva do contrato de empreitada designada “Execução da Praça de Talaíde, em Porto Salvo”, através da aprovação da execução de trabalhos complementares no valor de sessenta e um mil dezoito euros e sessenta e quatro centimos, a acrescer o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento.

- Proposta n.º 1016/22 - DGP - Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas (DGP): Deliberado aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de dirigente da Divisão de Gestão de Pessoas, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/vinte e um mil duzentos e setenta e dois, assim como, submeter a aprovação pela Assembleia Municipal a designação dos membros do júri.

- Proposta n.º 1017/22 - DGP - Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público por comissão de serviço no cargo de Chefe da Unidade de Gestão de Armazéns (UGA): Deliberado aprovar a abertura do procedimento concursal, o conteúdo funcional e os requisitos de admissão, bem como os métodos de seleção, para o cargo de Chefe da Unidade de Gestão de Armazéns nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e dois/dezasseis mil novecentos e noventa e cinco, bem como, a submissão e a aprovação pela Assembleia Municipal da designação dos membros de júri.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2022 ATA NÚMERO VINTE E SEIS/DOIS MIL E VINTE E DOIS

- Proposta n.º 1018/22 - DPOC - Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano de 2023 - Orçamento municipal - Mapa e Orçamento de Pessoal para 2023: Mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.

- Proposta n.º 1019/22 - DPOC - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de 2022 a liquidar em 2023: Deliberado aprovar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de dois mil e vinte e dois a liquidar em dois mil e vinte e três, bem como, a submissão à Assembleia Municipal para deliberação.

- Proposta n.º 1020/22 - DPOC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para 2023: Deliberado aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento na participação do Município de Oeiras, no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e três, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções, assim como, submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

- Proposta n.º 1021/22 - DPOC - Lançamento de Derrama relativa ao ano de 2022 a ser cobrada em 2023: Deliberado aprovar a manutenção da Derrama à taxa de um vírgula quatro por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município de Oeiras referente ao ano de dois mil e vinte e dois, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros. A isenção da Derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, bem como, submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

- Proposta n.º 1022/22 - DPOC - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem TMDP: Deliberado aprovar o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras face à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano dois mil e vinte e três, assim como, submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

- Marcação de reunião extraordinária: Deliberado marcar uma reunião extraordinária para o próximo dia vinte e oito de novembro, pelas quinze horas, com a seguinte ordem de trabalhos: - Proposta número mil e dezoito, de dois mil e vinte e dois - DPOC - Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e três - Orçamento Municipal - Mapa e Orçamento de Pessoal para dois mil e vinte e três.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2022 ATA NÚMERO VINTE E OITO/DOIS MIL E VINTE E DOIS

- Proposta n.º 1018/22 - DPOC - Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano de 2023 - Orçamento Municipal - Mapa e Orçamento de Pessoal para 2023: Deliberado aprovar e submeter para aprovação pela Assembleia Municipal os seguintes documentos: - Plano de Desenvolvimento Estratégico; - Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e três, que incluem, segundo a natureza da despesa, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Mais Relevantes; - Orçamento da Receita e Orçamento da Despesa; - Mapa e Orçamento de Pessoal para dois mil e vinte e três. A autorização prévia pela Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais pelo Executivo nos casos em que os mesmo não impliquem aumento global de despesa.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022 ATA NÚMERO VINTE E SETE/DOIS MIL E VINTE E DOIS

- Proposta n.º 1018/22 - DPOC - Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano de 2023 - Orçamento Municipal - Mapa e Orçamento de Pessoal para 2023: Mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.

- Proposta n.º 1023/22 - DP - Concessão de exploração do Mercado Municipal de Linda-a-Velha - Abertura de procedimento: Deliberado aprovar a concessão de exploração do Mercado Municipal de Linda-a-Velha, a abertura de procedimento, assim como, a submissão à Assembleia Municipal para aprovação.

- Proposta n.º 1024/22 - DP - Autorização para celebração de um novo acordo de cessão da posição contratual relativo ao contrato de arrendamento n.º 526/2019: Deliberado aprovar a cessão da posição contratual da cedente “Sabores Abastados, Limitada”, no âmbito do contrato de arrendamento para fins não habitacionais número quinhentos e vinte e seis, de dois mil e dezanove, de vinte e seis de outubro e do respetivo acordo, plasmado no contrato número seiscentos e noventa e dois, de dois mil e vinte e um, de vinte e oito de julho, a favor da cessionária, “Supermercados dos Arcos, Limitada”, assumindo esta última a posição de contratante, e consequentemente o complexo de direitos e obrigações que advêm desse contrato.

- Proposta n.º 1025/22 - DRU - ARU de Barcarena - Aprovação da respetiva ORU (Operação de Reabilitação Urbana) enquadrada pelo programa estratégico de reabilitação urbana de Barcarena: Deliberado aprovar o projeto da Operação de Reabilitação Urbana de Barcarena, enquadrada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, bem como, submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

- Proposta n.º 1026/22 - DGO - Calendário das reuniões ordinárias da Câmara Municipal para o ano de 2023: Deliberado aprovar o calendário das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Oeiras para o ano de dois mil e vinte e três:

- Janeiro - onze - vinte e cinco - pública;
- Fevereiro - oito - vinte e dois - pública;
- Março - oito - vinte e dois - pública;
- Abril - cinco - dezanove - pública;
- Maio - três - dezassete - trinta e um - pública;
- Junho - catorze - vinte e oito - pública;
- Julho - doze - vinte e seis - pública;
- Agosto - Como é habitual não foram previstas reuniões;
- Setembro - treze - vinte e sete - pública;
- Outubro - onze - vinte e cinco - pública;
- Novembro - oito - vinte e dois - pública;
- dezembro - seis - vinte - pública.

- Calendarizou-se como “pública” a última reunião de cada mês.

- Todas as reuniões terão início pelas quinze horas.

- Proposta n.º 1027/22 - SIMAS - Abertura de procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para a prestação de serviços destinados à aquisição de um sistema de gestão comercial - PD n.º 271-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração da reunião de sete de novembro, na qual autorizou a abertura de procedimento por concurso público internacional, para a aquisição de um sistema de gestão comercial, pelo preço base de quinhentos e oitenta e quatro mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de doze meses, renováveis por mais um período de vinte e quatro meses, num total de trinta e seis meses, a executar nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, com início em maio de dois mil e vinte e três, devendo, face ao caráter plurianual da prestação de serviços em causa, ser afeto para efeitos cabimentais o valor de cento e vinte e nove mil setecentos e setenta e sete euros e setenta e oito céntimos, ao ano de dois mil e vinte e três, o valor de cento e noventa e quatro mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete céntimos a cada um dos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, e o valor de sessenta e quatro mil oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta e nove céntimos ao ano de dois mil e vinte e seis, todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

- Proposta n.º 1028/22 - SIMAS - Adjudicação do procedimento por concurso público, com publicidade internacional, destinada à remodelação de redes de abastecimento de água e de águas residuais e pluviais do Bairro Alto do Moinho, Freguesia de Alfragide, Concelho da Amadora - PD n.º 273-SIMAS/2022: Deliberado aprovar a despesa o teor da deliberação do Conselho de Administração da reunião de sete de novembro, na qual autorizou a adjudicação da empreitada destinada à remodelação de redes de abastecimento de água e de águas residuais e pluviais do Bairro Alto do Moinho, Freguesia de Alfragide, Concelho da Amadora, à empresa “JPMAENG, Limitada”, pelo valor de dois milhões seiscentos e dois mil duzentos e noventa e quatro euros e setenta e nove céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (o valor da verba correspondente à rede de abastecimento a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante e as correspondentes às águas residuais e pluviais nos termos gerais), com prazo de execução de setecentos e trinta dias, após a consignação, prevendo-se que a mesma decorra nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, devendo, face ao caráter plurianual da empreitada em causa, o valor ser afeto, para os referidos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco.

- Proposta n.º 1029/22 - SIMAS - Adjudicação do procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para execução da empreitada destinada à substituição de condutas e ramais existentes na Estrada de Alfragide e ruas adjacentes, na Freguesia de Alfragide, Concelho da Amadora - PD n.º

274-SIMAS/2022: Deliberado aprovar a despesa e o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, que autorizou a adjudicação da empreitada destinada à substituição de condutas e ramais existentes na Estrada de Alfragide e ruas adjacentes, na Freguesia de Alfragide, Concelho da Amadora, à empresa “Mafragua, Limitada”, pelo valor de trezentos e trinta e um mil trezentos euros e trinta e dois céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, com prazo de execução de duzentos e quarenta dias, após a consignação, com a sua execução financeira a ocorrer integralmente no ano de dois mil e vinte e três.

- Proposta n.º 1030/22 - SIMAS - Adjudicação do procedimento por concurso público com publicidade internacional para a prestação de serviços destinados à impressão, envelopagem e finalização de documentos - PD n.º 275-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração na reunião de sete de novembro de dois mil e vinte e dois, na qual autorizou a adjudicação da prestação de serviços destinados à impressão, envelopagem e finalização de documentos, à empresa “CTT - Correios de Portugal, Sociedade Anónima”, pelo valor de duzentos e cinquenta e sete mil novecentos e quarenta e sete euros e oitenta céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por um prazo de doze meses, renovável por mais dois períodos de doze meses cada (vinte e quatro meses), no total de trinta e seis meses de contrato, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e seis, devendo, face ao caráter plurianual da prestação de serviços em causa ser afeto para fins cabimentais o valor de setenta e oito mil euros, ao ano de dois mil e vinte e três; o valor de oitenta e seis mil euros, a cada um dos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco; e o valor de sete mil novecentos e quarenta e sete euros e oitenta céntimos, ao ano de dois mil e vinte e seis, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

- Proposta n.º 1031/22 - SIMAS - CP 74/2022/11 - Procedimento por concurso público para a empreitada destinada à reabilitação da nova loja para instalação da secção comercial da Amadora dos SIMAS, no Concelho da Amadora - Aprovação dos erros e omissões apresentados pelos interessados - PD n.º 276-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, na qual aprovou os erros e omissões apresentados pelos interessados, no âmbito da empreitada destinada à reabilitação da nova loja para instalação da Secção Comercial da Amadora dos SIMAS, no Concelho da Amadora.

- Proposta n.º 1032/22 - SIMAS - Avaliação da informação arquivística: proposta de eliminação de documentos dos SIMAS de Oeiras e Amadora (DEGI, UGCD, DGP, DCQA) - PD n.º 279-SIMAS/2022: Deliberado aprovar proposta de eliminação de documentos dos SIMAS de Oeiras e Amadora (DEGI, UGCD, DGP, DCQA) - PD número duzentos e setenta e nove/dois mil e vinte e dois.

- Proposta n.º 1033/22 - SIMAS - Adjudicação do procedimento por concurso público internacional, com divisão em lotes, destinado ao fornecimento contínuo de diverso material de armazém - PD n.º 280-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, na qual aprovou o procedimento por concurso público internacional com divisão em lotes, destinado ao fornecimento contínuo de diverso material de armazém, por lotes (Lote um - Acessórios e tubos, galvanizados, latão, inox; Lote dois - Abraçadeiras carga e reparação, acessórios S Dois Mil; Lote três - Flangeados, juntas e uniões reparação; Lote quatro - Válvulas, tampas para caixa de visita; Lote cinco - Marcos de incêndio; Lote seis - Acessórios Duronil/Hidronil/Pead/Poliacetil; Lote sete - Materiais diversos; Lote oito - Ferramentas; Lote nove - Óleos, tintas, sprays, produtos limpeza; Lote dez - Material elétrico; Lote onze - Material administrativo; Lote doze - Marcos de incêndio acessórios), pelo preço base de um milhão duzentos e sete mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

- Proposta n.º 1034/22 - SIMAS - CP 20162/2020 - Procedimento por concurso público para a empreitada de “trabalhos de manutenção de infraestruturas de abastecimento de água - Acessórios, ramais, caixas, e outros, no Concelho de Oeiras” - Autorização para o reescalonamento e recabimentação do procedimento (anos de 2021 a 2023) e aprovação de nova minuta do contrato - PD n.º 287-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, na qual autorizou o reescalonamento e recabimentação do procedimento (anos de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três) e aprovou a nova minuta do contrato, no âmbito da empreitada de “Trabalhos de Manutenção de Infraestruturas de Abastecimento de Água - Acessórios, Ramais, Caixas, e outros, no Concelho de Oeiras.

- Proposta n.º 1035/22 - SIMAS - Procedimento por concurso público internacional, para a prestação de serviços destinados à inspeção CCTV e limpeza/desobstrução das redes domésticas e pluviais no Concelho de Oeiras - Anos de 2022, 2023 e 2024 - Reescalonamento de cabimentação e aprovação da nova minuta do contrato - PD n.º 288-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, que autorizou o reescalonamento de cabimentação e aprovação da nova minuta do contrato, no âmbito da prestação de serviços destinados à inspeção CCTV e limpeza/desobstrução das redes domésticas e pluviais no Concelho de Oeiras.

- Proposta n.º 1036/22 - SIMAS - Reescalonamento de verba associada ao CP 20152/2020, relativo ao fornecimento e instalação de grelhas, linhas de vida e arejadores e de alta segurança a instalar em diversas infraestruturas - PD n.º 289-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o reescalonamento das verbas afetadas ao Contrato de Prestação de Serviços número onze, de dois mil e vinte e um,

para os anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, nos montantes de cento e dez mil trezentos e noventa e três euros e setenta e sete céntimos e de noventa mil duzentos e oitenta euros e setenta e sete céntimos, respetivamente.

- Proposta n.º 1037/22 - SIMAS - CP 20168/2020 - 9.ª revisão de preços provisória, no âmbito da empreitada destinada à construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras - PD n.º 292-SIMAS/2022: Deliberado aprovar a nona revisão de preços provisória efetuada no âmbito do contrato de empreitada número trinta e seis, de dois mil e vinte e um, referente à construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras, no montante de dezoito mil setecentos e noventa e quatro euros e trinta e cinco céntimos.

- Proposta n.º 1038/22 - SIMAS - CP 20168/2020 - Empreitada de construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina - Reescalonamento de cabimento - PD n.º 293-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o reescalonamento financeiro da verba afeta ao contrato da empreitada de “Construção do novo reservatório do Alto de Santa Catarina”, que prevê a afetação de um milhão trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e noventa e três euros e sessenta e um céntimos, ao ano de dois mil e vinte e dois.

- Proposta n.º 1039/22 - SIMAS - CP 21175/2021 - Autorização para o reescalonamento do cabimento e aprovação da nova minuta de contrato relativo ao procedimento por concurso público para a celebração de acordo-quadro para a execução da empreitada destinada à reparação de roturas na rede de abastecimento de água do Concelho de Oeiras (anos 2022 a 2025 - Até ao limite de 36 meses) - PD n.º 296-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, que autorizou o reescalonamento do cabimento e aprovação da nova minuta de contrato, no âmbito da empreitada destinada à reparação de roturas na rede de abastecimento de água do Concelho de Oeiras.

- Proposta n.º 1040/22 - SIMAS - Reescalonamento de cabimentação e aprovação da nova minuta do contrato relativo ao procedimento, ao abrigo do acordo-quadro celebrado com a ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P., com o n.º AQ-ELE 2019, para o fornecimento de eletricidade para o edificado dos SIMAS de Oeiras e Amadora, para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. - PD n.º 297-SIMAS/2022: Deliberado aprovar o teor da deliberação do Conselho de Administração de sete de novembro, na qual aprovou o reescalonamento de cabimentação e aprovação da nova minuta do contrato, no âmbito do fornecimento de eletricidade para o edificado dos SIMAS de Oeiras e Amadora, para o período de um de janeiro de dois mil e vinte e um a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três.



LINDA-A-VELHA

Nova Praça dos Lusíadas

EM FASE DE ESTUDO PRÉVIO

9 000 m²

PRAÇA

ESTACIONAMENTO PÚBLICO

COMÉRCIO/SERVIÇOS

HABITAÇÃO

Numa área de intervenção de aproximadamente nove mil metros quadrados, pretende-se a criação de um espaço público de excelência, que sirva de centralidade, de encontro da população e de espaço de decompressão e enquadramento ao tecido urbano consolidado, constituindo um espaço de vivência que pretende contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, promovendo a inclusão social, um ambiente urbano qualificado e espaços públicos de lazer e recreio. O programa funcional, para além da praça propriamente dita, contempla a construção de um edifício multifuncional destinado a estacionamento público, equipamento de comércio/serviços e habitação. A proposta a desenvolver inclui soluções tecnológicas e audiovisuais que possam complementar a vivência das praças através de atividades sociais e culturais.

O investimento a realizar está estimado em cerca de 20.660.600 €. •



ESTACIONAMENTO PROVISÓRIO COM 300 LUGARES

O local onde irá nascer a Praça dos Lusíadas, em Linda-a-Velha, é uma enorme parcela de terreno, que, por enquanto, encontra totalmente desaproveitada. Neste contexto, Município de Oeiras, Parques Tejo e supermercado Lidl uniram esforços para a requalificação daquele espaço e criação de uma bolsa de estacionamento provisório para, aproximadamente, 300 lugares, antecipando a futura oferta subterrânea associada à Praça dos Lusíadas.

LAJE

Reformulação do campo de futebol

OBRA FOMENTA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS

Teve início, em fevereiro, a obra de reformulação do campo de futebol da Laje. O projeto traduz a vontade do Executivo em fomentar o desenvolvimento de atividades desportivas no Município, mediante a sua adaptação às novas necessidades e exigências atuais da prática desportiva, elevando-o a um patamar de excelência. O projeto consiste no estabelecimento de condições para a prática de jogos nacionais, com aumento da área de campo de jogo, contemplando as medidas mínimas exigidas, demolição das estruturas existentes, construção de novos balneários e estruturas de apoio.

O projeto desenvolve-se através de um muro que marca a paisagem e define os espaços, desenha os limites entre o campo e a arcada onde se encontram as instalações de apoio que se desenvolvem enterradas. Simultaneamente, é o muro que faz contenção de terras e permite uma



zona verde superior, o Jardim de Oliveiras, que cria um miradouro para o bairro e sua envolvente. O edifício tem como acesso uma rampa que desce suavemente desde a Rua Professor Doutor Orlando Ribeiro até à arcada que se abre para o campo. Entre a arcada e o campo existe uma linha de público, representada por uma única linha de uma bancada, que se traduz numa proximidade entre o público e o jogo.

A empreitada representa um investimento de 2.242.000€.

OEIRAS

Nova bancada na Cooperativa Nova Morada



APOIO AOS AGENTES CULTURAIS E DESPORTIVOS

Ficou concluída, em dezembro passado, a obra de construção de uma bancada retrátil na sala polivalente da Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada. A obra, no valor de cerca de 100 mil euros, visou responder à necessidade com que a cooperativa se deparava no sentido de poder ter condições para receber público para assistir aos espetáculos que dinamiza. A bancada tem capacidade para 108 lugares, com abertura e fecho por monotorização elétrica. O Município de Oeiras tem seguido uma política de apoio aos agentes culturais e desportivos com sede no concelho, com o objetivo de reforçar o seu papel, assim como assegurar as condições necessárias para o usufruto pelas populações.



OEIRAS

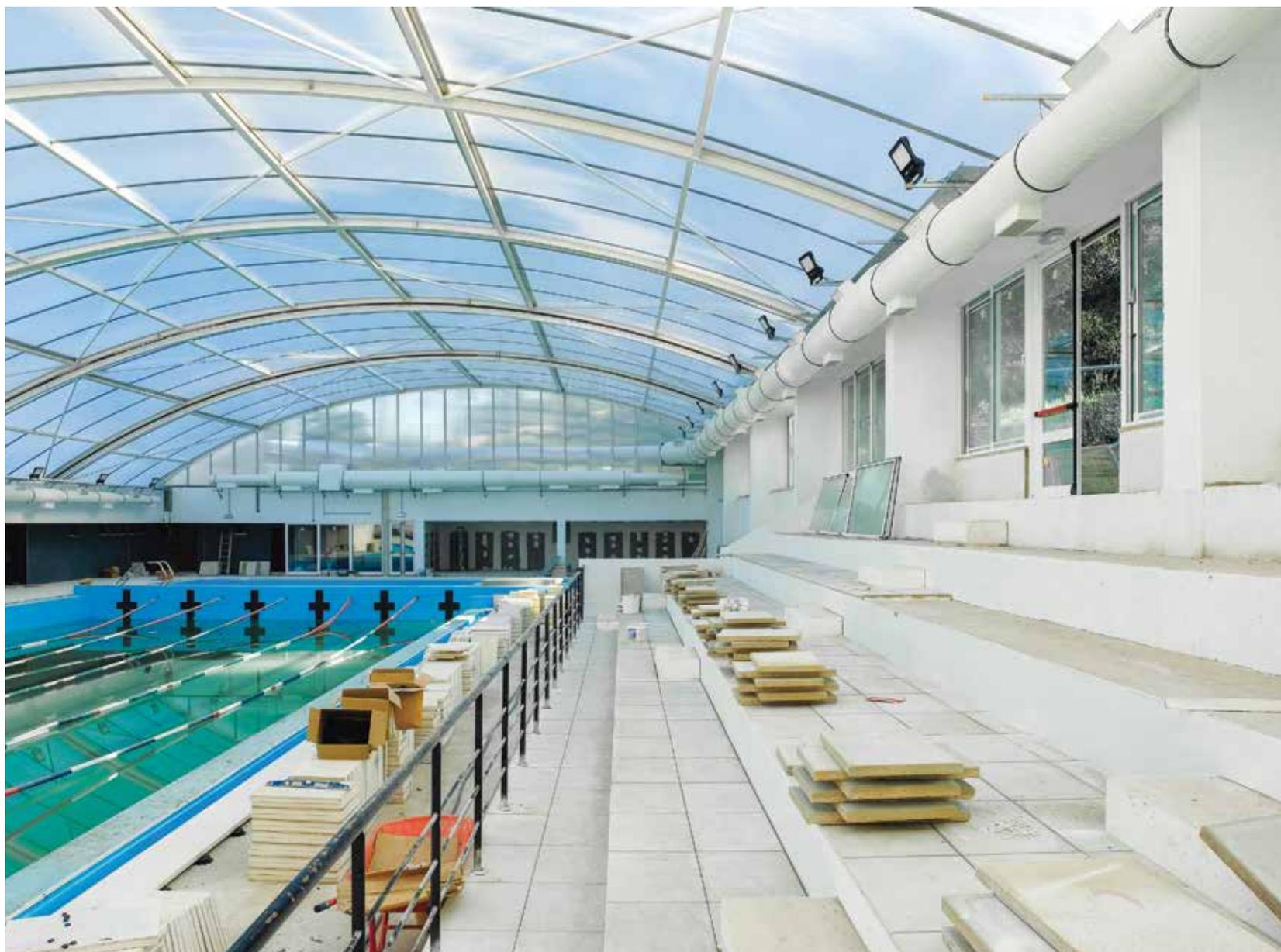
Observatório da Natureza

Está concluído e aprovado o projeto para construção de um pequeno edifício, com cerca de 200 metros quadrados de implantação, contíguo ao edifício da Estufa-Fria, visando a criação de um espaço dedicado ao estudo da natureza, promovendo a conservação e divulgação do património cultural.

Trata-se de uma obra que resulta de uma proposta apresentada no âmbito do Orçamento Participativo que prevê a criação de um espaço interior versátil e polivalente, permitindo o trabalho e funcionamento diversificado, conforme as atividades que estiverem a ser realizadas e uma cobertura verde, que se pretende que seja uma extensão da área de estudo do próprio observatório.

O investimento a realizar está estimado em cerca de 423.810 €. •





BARCARENA

Requalificação geral da piscina municipal

Cerca de 30 anos após a sua construção, está em curso a obra de requalificação geral da piscina municipal de Barcarena. A intervenção consiste na remodelação dos balneários e receção, na substituição do sistema de

aquecimento, ventilação e ar condicionado e caixilharias, bem como na impermeabilização da cobertura. Esta obra representa um investimento municipal de 1.362.390 €.

LECEIA

INSTALADO SISTEMA DE CONTROLO DE VELOCIDADE

Tendo como objetivo garantir, por um lado, acalmia do tráfego e, por outro, que o atravessamento da via é feito em segurança por peões, o Município providenciou a instalação de um Sistema Luminoso Automático do Trânsito na Rua 7 de Junho, em Leceia. A empreitada ficou concluída em janeiro e representou um investimento de 24.540€.



QUEIJAS

Beneficiações na Escola Noronha Feio

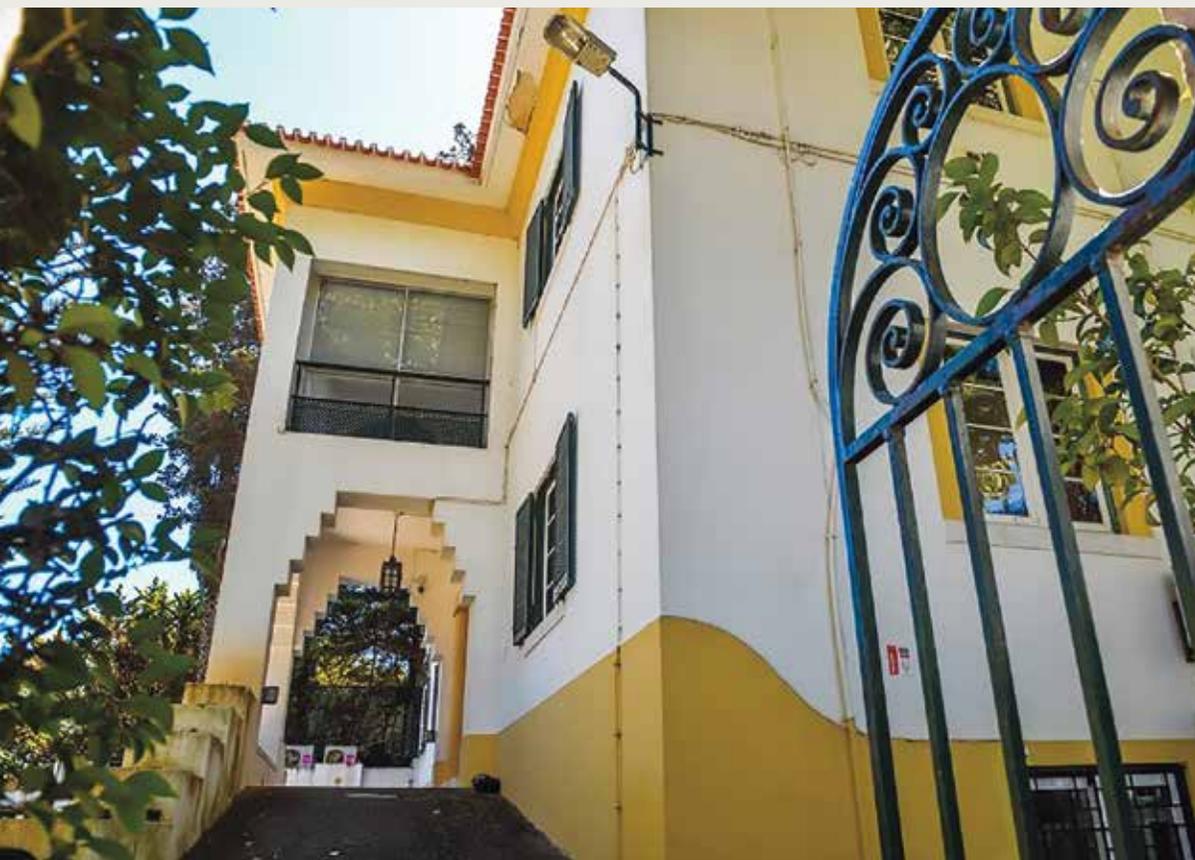
A empreitada em curso visa a realização de beneficiações gerais das coberturas para melhoramento das condições de utilização dos espaços interiores da escola, uma vez que existiam queixas de infiltrações devido a águas proveniente de chuvas. Está previsto, também, proceder-se à criação de duas novas zonas de sombreamento no exterior. Trata-se de um investimento de 232.510 €.

OBRA INCIDE NAS COBERTURAS

NOVOS POSTOS CARREGADORES DE VIATURAS ELÉTRICAS NAS OFICINAS MUNICIPAIS

Ficou recentemente concluído o projeto que visava dotar as Oficinas Municipais de Vila Fria de 26 postos de carregamento duplo para viaturas elétricas. Desta forma o Município ficou em condições de receber a nova frota de viaturas elétricas e assegurar o carregamento de todo o parque de viaturas elétricas afetas e a afetar às Oficinas Municipais. Recorde-se que o Município tem vindo, gradualmente, a substituir a sua frota de viaturas e que conta já com 22 viaturas ligeiras totalmente elétricas, o que corresponde a cerca de 10% da frota.

Casas com história(s)



CASA POR RAUL LINO

Localizada na Rua Maestro Portela, em Caxias, esta moradia alberga, atualmente, uma empresa fabricante mundial de produtos domésticos.

De autoria do Arquiteto Raul Lino (1879-1974), o projeto data de 1934. Percursor de um estilo tradicionalista em conformidade com o pensamento do regime Estado Novo, Raul Lino foi autor das publicações “A casa portuguesa”, em 1929, e “Casas portuguesas”, em 1933.

Das diversas obras de sua autoria destacam-se a Casa dos Patudos, em Alpiarça, a Casa do Cipreste, em Sintra, o Cinema Avis e o Teatro Tivoli, ambos em Lisboa.

Bibliografia:
Memória descritiva do Projeto de Construção
https://pt.wikipedia.org/wiki/Raul_Lino
<https://www.rtp.pt/programa/tv/p12396>

O Município de Oeiras está a promover um levantamento do património arquitetónico recente do concelho. Aqui se inserem um conjunto de casas, propriedade de particulares, recuperadas pelos seus proprietários, às quais o Município dá o devido destaque.

IGREJA PAROQUIAL DE NOSSO SENHOR JESUS DOS NAVEGANTES

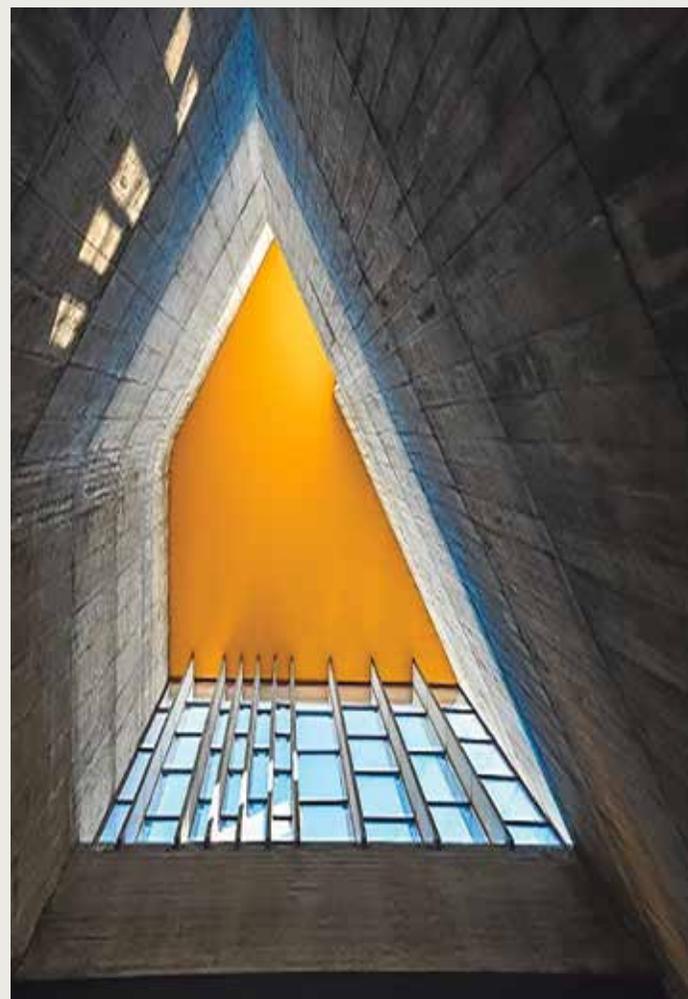
Localizada na Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, no Centro Histórico de Paço de Arcos, a Igreja Paroquial de Nosso Senhor dos Navegantes é da autoria de um dos fundadores do Movimento de Renovação da Arte Religiosa, o Arquiteto João de Almeida (1927-2020).

O Movimento foi fundado por um grupo de arquitetos, artistas e estudantes, alguns pertencentes à Juventude Universitária Católica. Teve o intuito de repensar a arquitetura e a arte sacra em Portugal durante as décadas de 50 e 60 do século passado.

Estiveram associados a este movimento diversos arquitetos. Tal é o caso de Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), Nuno Portas, Erich Corsépius (1929-2009), e artistas plásticos como Manuel Cargaleiro.

A Igreja Paroquial de Nosso Senhor dos Navegantes foi inaugurada em 1969.

Bibliografia:
CUNHA, João Alves da, Igreja da Sagrada Família de Paço de Arcos, 50 anos de Arquitetura Religiosa Moderna/1969 - 2019
CUNHA, João Alves da, MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa, os anos de ouro da Arquitetura Religiosa em Portugal no século XX, Universidade Católica Editora



INVESTIMENTO MUNICIPAL SUPERIOR A 1 MILHÃO E 300 MIL EUROS

Bolsas de Estudo e de Mérito apoiam 930 estudantes

No ano letivo 2022/2023, 918 estudantes beneficiaram da atribuição de uma bolsa de estudo no valor unitário de 1450€, representando para o Município um investimento global de 1.331.100 €.

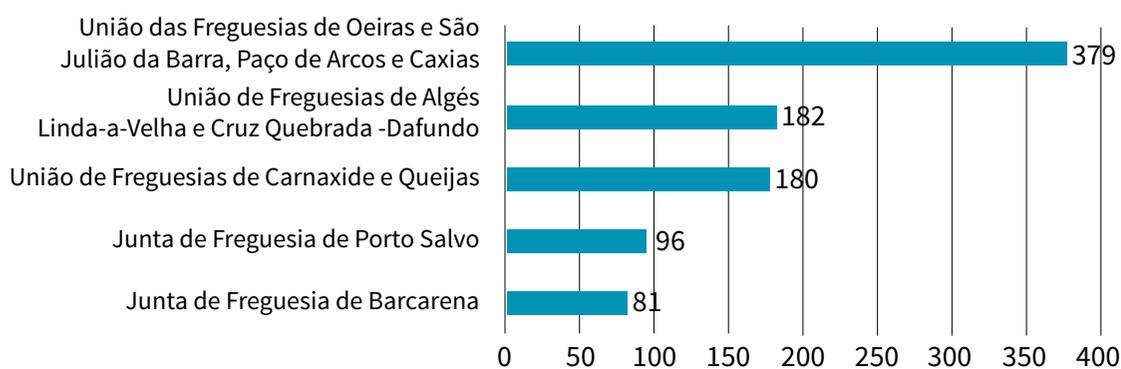
Neste ano letivo foram novamente atribuídas Bolsas de Mérito, de forma a premiar os estudantes que se destacam de forma notável, pelos seus contributos cívicos para com o território, aliados a aproveitamento escolar exceccional, desportivo, cultural ou outros, que pela relevância da ação sejam passíveis de reconhecimento público. Neste âmbito foram contemplados onze bolseiros com apoio no valor unitário de 5 mil euros, representando um investimento de 55 mil euros. Importa ressaltar que destas 11 bolsas, uma é exclusivamente para ensino artístico no estrangeiro.

A Educação continua a ser o melhor instrumento para combater as desigualdades sociais, possibilitando a todos as condições de reconhecimento e participação na vida em sociedade, desempenhando um papel primordial na construção e consolidação de comunidades funcionais, democráticas e desenvolvidas.

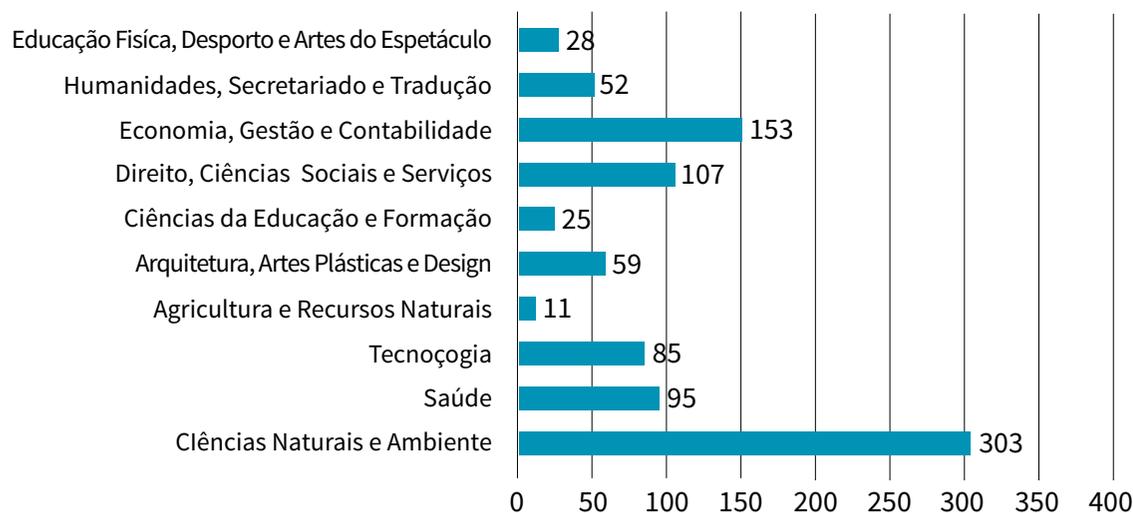
O Programa de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior pretende ser uma ferramenta de apoio ao combate das disparidades sociais, na medida em que almeja promover uma maior equidade no acesso ao ensino superior, permitindo que os jovens possam prosseguir os seus estudos ambicionando a obtenção de qualificações que lhes permitam obter futuros mais prósperos.

A análise da distribuição das candidaturas por freguesia de residência, revela que um elevado número de candidatos reside na União de Freguesias de Oeiras, São Julião de Barra, Paço de Arcos e Caxias, seguida pelas freguesias de Algés, Linda a Velha e Cruz Quebrada- Dafundo e Carnaxide-Queijas. (1) No que concerne à tipologia dos estabelecimentos de ensino frequentados pelos candidatos, verifica-se que 628 (68,4%) candidatos frequentam o Ensino Superior Público e 290 (31,6%) candidatos frequentam o Ensino Superior Privado. (2)

1. Número de candidaturas elegíveis por freguesia de residência



2. Número de candidatos por área de estudo



BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DAS BANDAS FILARMÓNICAS E BOMBEIROS DO CONCELHO

O Município de Oeiras atribui anualmente bolsas de estudo a jovens músicos das bandas filarmónicas do concelho para a frequência de cursos na Escola de Música Nossa Senhora do Cabo, em Linda-a-Velha. Com este programa, o Município de Oeiras tem como objetivo contribuir para a formação musical dos jovens músicos das bandas filarmónicas do concelho, que têm registado um progresso musical muito significativo ao longo dos últimos anos. Relativamente ao ano letivo 2022/2023 foram atribuídas 12 bolsas de estudo, no valor de 25.480€.

De igual modo, o Município atribui, desde 2020, a bombeiros do concelho, bolsas de estudo para frequência do curso de Gestão da Segurança, Emergência e Proteção Civil na Universidade Atlântica. Este programa abrange 28 bombeiros e representa um investimento municipal na ordem dos 162 mil euros.



Semana dos Afetos

A 14 de fevereiro celebra-se o Dia dos Namorados, mas em Oeiras as iniciativas alusivas aos afetos ocorreram ao longo de toda uma semana. Em 2020, o Município de Oeiras aderiu ao Movimento Cidade dos Afetos e desde então que tem assinalado esta semana com várias atividades. No dia 16 de fevereiro, no Jardim Municipal de Paço de Arcos, foi inaugurado um dos cinco murais (um por cada uma das cinco freguesias/união de freguesias do concelho) com pinturas graffiti alusivas ao tema 'Amamos Oeiras', da autoria do artista Youthone. No dia 17 foram oferecidos vasos miniatura com uma planta suculenta em dez locais diferentes do concelho. Durante a semana estava ainda patente a exposição 'Maçã dos Afetos', na Biblioteca Municipal de Oeiras. •

CENTRO DE VACINAÇÃO DE OEIRAS

Dois anos de pleno funcionamento com 475 mil vacinas administradas

Perto de 475 mil vacinas foram administradas no Centro de Vacinação de Oeiras desde que abriu portas, a 10 de fevereiro de 2021, tendo como principal finalidade a execução do Plano de Vacinação contra a COVID-19, tarefa desenvolvida pelo Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras (ACESLOO) com o apoio do Município. Do total, perto de

60 mil foram vacinas contra a gripe, uma vez que o plano de vacinação COVID-19 tem associado, no período de inverno, a vacina contra a gripe.

O investimento municipal na implementação e na manutenção do centro de vacinação é, ao momento, de cerca de 5 milhões de euros. Deste investimento, destacam-se os custos

com a contratação de equipa de enfermagem (num total de 13 enfermeiros/dia – número que foi sendo ajustado de acordo com as alterações ao funcionamento do centro), cerca de 1 milhão e 200 mil euros, e com o serviço de táxi, mais de 965 mil euros, num total de 113.310 serviços. •

AUTARQUIA + FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL

O Município de Oeiras foi uma vez mais distinguido com o prémio de Autarquia + Familiarmente Responsável, no âmbito da 14.ª edição promovida pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Este prémio visa distinguir as autarquias que promovem políticas e medidas dirigidas às famílias, facilitadoras da vida familiar, no âmbito das suas responsabilidades e competências, de forma a prevenir e apoiar situações de risco e vulnerabilidade. A cerimónia de entrega das bandeiras aos municípios vencedores decorreu em Coimbra, no passado dia 26 de janeiro.

ENCONTRO REGIONAL PELO FIM DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

Realizou-se no passado dia 11 de fevereiro o sétimo encontro regional para uma intervenção integrada pelo fim da mutilação genital feminina, uma iniciativa do Grupo Organizador dos Encontros Regionais, acolhido pela Câmara Municipal de Oeiras e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, para assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. Estiveram presentes mais de 100 profissionais das mais diversas áreas e pessoas das comunidades afetadas, tendo sido apresentados os dados mais recentes sobre esta prática em Portugal e debatidas as intervenções nesta área, com propostas de atuação para o futuro.

Oeiras e Marinha unem esforços em nome da inovação e do património

O presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais e o Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Gouveia e Melo, celebraram, no passado dia 10 de fevereiro, dois protocolos de cooperação, um para a promoção de atividades de inovação colaborativa entre a Marinha e o Município e outro para a beneficiação do Aquário Vasco da Gama. No caso do primeiro protocolo, visa criar uma plataforma de cooperação para acelerar o desenvolvimento tecnológico e o crescimento de cadeias de valor alicerçadas em processos de inovação colaborativa que, simultaneamente, potenciem o aumento de atratividade e fixação de talento no território, envolvendo entidades públicas, empresas, academia e sociedade civil. A cooperação entre as duas entidades enquadra-se na visão de futuro da Marinha nos domínios económico, tecnológico, científico e cultural da Defesa Nacional, assentando no investimento em investigação, desenvolvimento e inovação, apoiando iniciativas que ampliem a sua operacionalidade tecnológica e prontidão de resposta ao País. Quanto ao protocolo com o centenário Aquário Vasco da Gama, põe em evidência a expressão cultural e patrimonial da Marinha no território do município de Oeiras. O mu-



O presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais e o Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Gouveia e Melo, celebraram, no passado dia 10 de fevereiro, dois protocolos de cooperação

nicipio compromete-se a assumir os encargos com a recuperação e beneficiação da Casa da Forja e Torreão Poente, contribuindo para a preservação de um edifício de elevado valor patrimonial, cultural e histórico. A par do investimento no património físico, o município compromete-se a ampliar a capacidade de

divulgação da cultura e conhecimento científico ligado às ciências do mar e à literacia do oceano junto da comunidade, estimulando formação, investigação e educação ambiental para a sustentabilidade, na missão partilhada pelas duas instituições de aproximar a ciência à sociedade. •

Oeiras premeia melhores projetos de inovação

A final da segunda edição do ‘Prémio Oeiras Valley’ realizou-se no passado dia 9 de fevereiro, nas instalações da AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa. Nesta grande final foram atribuídos prémios monetários no valor total de 16 mil euros aos três melhores projetos na área da inovação e empreendedorismo, desenvolvidos por professores e alunos das principais universidades e institutos politécnicos a nível nacional e internacional. Os temas dos projetos centram-se em áreas estratégicas para a inovação das organizações e empresas públicas e privadas, que se relacionam com os municípios e com os municípios no que se trata de soluções sustentáveis de Mobilidade, Cidades Inteligentes (Smart Cities), Economia do Mar e Gestão Territorial Inteligente, Transformação digital, Aeronáutica, aeroespacial e espacial e Defesa. A cerimónia contou com a presença do presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, e do vereador Armando Soares. •



Jogos de Oeiras estão de regresso

Decorreu no passado dia 11 de fevereiro, no Pavilhão de Talaíde (Escola Secundária Aquilino Ribeiro), o 1º Encontro de Andebol desta quinta edição dos Jogos de Oeiras, realizado no âmbito da Taça Jogos de Oeiras (seis aos 12 anos). O evento foi um sucesso, com a adesão de cerca de 100 jovens participantes, acompanhados das suas famílias, amigos, técnicos e professores. A iniciativa contou com o apoio e colaboração da Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo (SIMPS).



700 alunos no Corta-Mato Escolar Concelhio

Foi em ambiente de festa que mais uma vez se celebrou o desporto em contexto escolar, num dia dedicado à modalidade de atletismo. O Corta-Mato Escolar Concelhio de Oeiras, organização da Câmara Municipal de Oeiras em parceria com o Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, decorreu no passado dia 18 de janeiro, no Parque Urbano do Jamor, e contou com a participação de cerca de 700 alunos de 12 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas.

Troféu CMO Corrida das Localidades

O mês de janeiro fica marcado pelo regresso de uma das mais icónicas provas de atletismo de Oeiras. Na sua 40.ª edição, o Troféu CM Oeiras — Corridas das Localidades, com organização do Município em parceria com os clubes e associações desportivas do concelho, renova o objetivo de promover uma competição municipal entre as coletividades desportivas de Oeiras e aberta a toda a população. A primeira Corrida das Localidades do ano de 2023 foi o Grande Prémio de Valejas, organizado pelo Valejas Atlético Clube. Já no mês de fevereiro foi a vez do Grande Prémio de Queluz de Baixo, organizado em conjunto com o Grupo Recreativo e Desportivo Os Fixes, e do Grande Prémio da Ribeira da Lage, resultado de parceria com o Grupo Recreativo e Desportivo da Ribeira da Lage.





Nos primeiros dias do ano cumpriu-se a tradição das Janeiras nos Paços do Concelho, com as visitas do grupo Oficina da Música, da Universidade Sénior de Linda-a-Velha – Nova Atena, dos alunos do jardim-de-infância do Centro Social Paroquial de Oeiras, em Santo Amaro, e o som dos instrumentos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora.

No Palácio Marquês de Pombal a festa do Carnaval fez-se com uma viagem ao século XVIII, com dança, teatro, música e jogos, ao longo de todo o fim-de-semana carnavalesco. Fadas, princesas, cowboys e muitos super-heróis tomaram conta dos jardins do Palácio e foram muitas as famílias que aproveitaram o bom tempo para usufruir do jardim e da programação.



A agenda do mês de fevereiro iniciou com a visita do presidente do Município de Inhambane, em Moçambique. Benedito Eduardo Guimino foi recebido pelo presidente da Câmara, Isaltino Morais, no âmbito de uma deslocação que teve como objetivo principal traçar um ponto de situação relativamente a um acordo de gemação com o Município de Oeiras.



Os jovens músicos do projeto Novos Horizontes realizaram uma atuação especial nos Paços do Concelho, perante o Executivo municipal. O Projeto Novos Horizontes, desenvolvido pela Orquestra de Câmara Portuguesa no Bairro do Navegadores, pretende desenvolver uma atividade de divulgação da cultura musical assente na cidadania ativa, através da implementação de projetos inovadores e pioneiros de responsabilidade pedagógica, como forma de integração social de jovens através da música.



Novo ano, a mesma dinâmica nas bibliotecas de Oeiras



No arranque de 2023, as Bibliotecas Municipais de Oeiras prosseguem com a sua dinâmica habitual: a 11 de janeiro, na Fundação Marquês de Pombal, no âmbito do projeto Nómadas do Pensamento, subordinado ao tema 'O Emergir do Populismo e dos Nacionalismos no séc. XXI', os anfitriões, Pedro Abrunhosa e Paulo Mendes Pinto, receberam os convidados Onésimo Teotónio Almeida e Viriato Soromenho Marques. Seguiu-se mais uma sessão do Café com Letras, tendo como convidada a escritora Isabela Figueiredo.

Com a assistência completa, composta por um público atento e participativo, José Mário Silva moderou hora e meia de conversa que teve como foco principal o novo romance da escritora: 'Um Cão no Meio do Caminho'. Desde o seu processo e tempo de escrita até à criação das personagens, passando pela sugestão ao leitor de uma playlist para acompanhar a leitura, Isabela Figueiredo esmiuçou todo o seu trabalho, com passagens pela sua experiência pessoal para a escrita deste livro.

Foi ainda retomado, após a pandemia, o Pijama às Letras, com a aura de magia que tanto atrai as famílias com crianças que vieram, novamente, dormir às bibliotecas e, pela primeira vez, à Livraria Municipal Verney. Teatro de marionetas, os Filósofos Lunáticos e, por fim, antes de adormecerem, o embalo da voz de uma contadora de histórias, foram algumas das atividades proporcionadas aos participantes e que fazem desta uma das iniciativas mais desejadas das bibliotecas de Oeiras. •



ACECOA CENTENÁRIA

A Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora celebrou, no passado dia 27 de janeiro, cem anos de existência, assinalando a data com a entrega de diplomas e prémios de reconhecimento aos seus funcionários, órgãos sociais e associados. Também a Câmara Municipal de Oeiras recebeu um certificado de reconhecimento pelo relevante contributo na promoção, crescimento e desenvolvimento desta renomada associação.

A ACECOA é uma associação centenária que tem por objetivo a defesa e representação dos comerciantes associados junto da administração pública (central e local), designadamente junto do Estado, Câmaras Municipais abrangidas pela área de atuação da Associação e entidades privadas, como os sindicatos.



Eunice e Ruy eternizados em Paço de Arcos

Chama-se 'O Ensaio' e pode ser agora visto por todos em Paço de Arcos: é composto por duas esculturas em bronze representando Eunice Muñoz e Ruy de Carvalho, duas das figuras mais importantes da cultura portuguesa contemporânea e dois artistas muito queridos a Oeiras. O conjunto escultórico, da autoria de António Vidigal, é uma homenagem da Câmara Municipal de Oeiras a “dois grandes amigos que caminharam nestas ruas. Eunice e Ruy, que hoje celebramos, fazem de Paço de Arcos,

de Oeiras e de Portugal, lugares melhores”, disse, na oportunidade, Isaltino Morais.

A cerimónia de inauguração, na Praça Guilherme Gomes Fernandes, contou com a presença do ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, de Ruy de Carvalho, do filho de Eunice Muñoz, António Muñoz Borges, e de muitos colegas de profissão dos dois atores. •

RUY, A HISTÓRIA DEVIDA

Esteve em cena no Auditório do Taguspark a peça protagonizada por Ruy de Carvalho intitulada 'Ruy, a História Devida'. Figura maior do teatro em Portugal, Ruy de Carvalho subiu ao palco para abrir o coração e contar histórias inéditas da sua longa e inspiradora carreira.

Histórias de amor, histórias de humor, histórias emocionantes, com o ator num registo inédito, assumindo um faceta menos conhecida, de contador de histórias, e com o público a ser incitado a fazer perguntas, fazendo desta experiência, mais do que um espetáculo, uma conversa intimista entre amigos.

Eunice Muñoz e Ruy de Carvalho

na Praça Guilherme Gomes Fernandes
Paço de Arcos



SIGA-NOS NO WEBSITE
cm-oeiras.pt

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS
facebook.com/MunicipiodeOeiras
instagram.com/municipiodeoeiras
twitter.com/MunicipioOeiras
pt.linkedin.com/in/municipiodeoeiras

ACOMPANHE-NOS NO YOUTUBE
youtube.com/municipiodeoeiras

VISUALIZE-NOS NO ISSUU
issuu.com/municipiodeoeiras